

Debate Sindical



O triste destino dos aposentados

ENTREVISTA

Rubens Apprato critica as ações do governo FHC

ECONOMIA

As privatizações e o colapso de energia no país

POLÊMICA

Classes sociais: teoria, história e luta política



www.estudantenet.com.br

**EDUCAÇÃO
NÃO É UMA
QUESTÃO
DE CONSUMO**



**REDUÇÃO DAS
MENSALIDADES JÁ!**

Contra a política educacional do MEC

- 4** Os sintomas de “apagão” do governo FHC
ALTAMIRO BORGES
- 8** OAB cria a “comissão popular de inquérito”
ENTREVISTA: RUBENS APPROBATO
- 11** Alternativas à exclusão neoliberal
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12** Efeitos da privatização do setor energético
ALOIZIO MERCADANTE
- 14** A “modernidade” tucana e a escuridão
NIVALDO SANTANA
- 16** Água pode virar mercadoria de luxo
GUIOMAR PRATES
- 18** A falsa moralidade da LRF
CÉLIO DE CASTRO
- 21** Flashes do 1º de Maio da Força Sindical
PAULA BEIGUELMAN
- 23** O trabalho e os direitos trabalhistas
OSVALDO BERTOLINO
- 25** “Queremos uma CPI da Petrobras”
ENTREVISTA: MAURÍCIO FRANÇA RUBENS
- 27** A dura realidade dos aposentados brasileiros
CLÁUDIO GONZALEZ
- 34** Instituição e movimento: um dilema sindical
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 35** O holocausto dos trabalhadores palestinos
JOÃO QUARTIM DE MORAES
- 38** Uma nova experiência sindical na Argentina
ENTREVISTA: VICTOR MENDIBIL
- 40** Exploração e luta de classes no mundo
NOTAS INTERNACIONAIS
- 41** Uma análise crítica sobre as ONGs
ANTÔNIA RANGEL
- 45** O poder operário na Comuna de Paris
AUGUSTO BUONICORE
- 48** Classe social: teoria, história e política
ARMANDO BOITO
- 52** Resenhas de livros
- 56** Dicas de filmes e Internet
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 57** Cartas dos leitores
- 58** Opressão e desafios da mulher no trabalho
COLUNA: LIÈGE ROCHA



A partir desta edição, a *Debate Sindical* passa a ter cores também no seu interior. O objetivo é tornar a revista mais agradável e atraente ao leitor. Quanto ao conteúdo, a ideia é reforçar os relatos sobre o cotidiano sindical, através de entrevistas e maior número de reportagens específicas. O *conselho de redação* espera que estas mudanças sejam positivas. Aguarda as críticas e sugestões dos leitores.

O “apagão” político do governo FHC

A ação imoral contra a CPI da Corrupção e a eclosão da crise energética desmascaram a modernidade tucana e indicam o “apagão” do governo FHC

ALTAMIRO BORGES

O destino político de FHC pode ser tão melancólico quanto o de outros famosos e arrogantes presidentes neoliberais do continente latino-americano – como Fujimori, do Peru; Menem, da Argentina; e Salinas, do México. Alguns destes, além do desprezo popular, hoje estão envolvidos em processos criminais pelos abusos cometidos. FHC pode trilhar o mesmo caminho. A cada dia que passa, ele fica mais desmoralizado. Alguns analistas chegam a prever que ele não conseguirá cumprir o seu segundo mandato. Temem que o colapso energético, ao escurecer os lares brasileiros, produza explosões sociais e resulte no “apagão” do governo.

Essa deprimente trajetória política, de quem um dia se achou ungido ao posto de Deus, já era previsível há algum tempo.

Era só analisar com rigor e imparcialidade a grave crise econômica e social do país, sempre negada pela “imprensa safada” – como acusa agora, após ser deposto, “o coronel” ACM. O país nunca esteve tão vulnerável aos humores da oligarquia financeira mundial. As recentes turbulências na economia dos EUA e, principalmente, da vizinha Argentina, só confirmam esta fragilidade. O reinado de FHC afundou a economia nacional. Quando assumiu, a dívida interna era de R\$ 153 bilhões; em março passado, atingiu R\$ 589 bilhões. Já a dívida externa, no mesmo período, pulou de 205 para 399 bilhões de dólares.

Os efeitos deste modelo econômico, que privilegia o capital rentista em prejuízo da nação, são dramáticos para o



Luca Jorge/1/5/01, Vale do Anhangabaú, São Paulo

povo. No terreno social, a “era FHC” é de destruição e miséria. Segundo a recente PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar), do IBGE, entre 1992/1999 houve um brutal agravamento das desigualdades no país. A participação dos 40% mais pobres da população na renda total caiu de 8,4% para 8%; no outro extremo, a parte apropriada pelos 10% mais ricos subiu de 45,8% para 47,4%. Já a participação dos salários no PIB, que era de 34,6% em 92, caiu para 26,9%. Hoje, o Brasil tem 53,1 milhões de habitantes vivendo na pobreza, das quais 22,6 milhões vegetam na total indigência.

ESGOTO NO PLANALTO

Mas o que detonou a mais



recente e grave crise do governo FHC não foram estes elementos estruturais. Na superfície, ela apareceu na forma da ética na política e da grave crise energética. No primeiro caso, até há poucos meses, as pesquisas de opinião pública ainda isentavam o presidente dos casos de corrupção. Seus aliados, estes sim, eram ladrões contumazes! Agora, o esgoto engoliu de vez o Palácio do Planalto, como provam recentes pesquisas. A ação do governo para barrar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), proposta pela oposição para apurar 19 denúncias contra o governo, só confirmaram a podridão. Para evitar as investigações, FHC foi forçado a se expor numa “megaoperação abafa”.

Em troca da retirada de 20 assinaturas do pedido de CPI, entre os quais constavam afilhados

de ACM e de Jader Barbalho, o governo abriu os cofres públicos. Segundo o deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), que acompanhou as liberações pelo Sistema Financeiro da Administração Pública Federal, foram distribuídos R\$ 65,4 milhões em apenas cinco dias – quase o triplo da verba liberada nos primeiros quatro meses deste ano para atender emendas de parlamentares. No dia em que a CPI foi arquivada, numa manobra do presidente do Senado, foram atendidos 150 pedidos de emendas, num ritmo alucinante de R\$ 50 mil por minuto. “O governo usou as emendas como instrumento de barganha. Quem se recusou a assinar o pedido da CPI ou retirou o apoio na última hora foi premiado com verbas para as suas bases eleitorais”, diz Agnelo Queiroz.

BRASIL

REGRESSÃO INFANTIL

A CUT entrará com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) caso o governo reduza a idade mínima do trabalho infantil de 16 para 15 anos. Usando como desculpa a convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, FHC já confirmou tal intenção, desprezando a oposição unânime da “comissão tripartite”, que analisa a exploração de menores no país. Segundo Sandra Cabral, representante da CUT neste fórum, o governo alegou “razões de Estado” para promover mais este retrocesso trabalhista no país.

ESCRAVA DOMÉSTICA

Segundo recente pesquisa do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, 364 mil menores de 16 anos trabalham como empregadas domésticas no Brasil. De cada dez crianças no serviço doméstico, nove são meninas. O estudo ainda revela que 32,8% destas menores não frequentam escolas. Na média, chegam a trabalhar 50,1 horas semanais e a remuneração não atinge um salário mínimo. Para a OIT, elas vivem praticamente em “regime de escravidão”.

SALÁRIO MÍSERO

Entrou em vigor, em 1º de abril, o novo salário mínimo do país: R\$ 180,00 – uma verdadeira piada, que só confirma a fama da data. Ele equivale a cerca de US\$ 80. Dos 71 milhões de ocupados no Brasil, 20,1% recebem até um mínimo – 14,2 milhões de trabalhadores. O novo valor é o menor do Mercosul. No Paraguai, por exemplo, o mínimo corresponde a US\$ 125. Pelos cálculos do Dieese, tendo como base o ano em que foi criado o salário mínimo, em 1940, ele deveria ser, em abril, de aproximadamente R\$ 1.037,02.

TRABALHO

BANCO DE HORAS

O desmonte da legislação trabalhista ganha espaço no país. Segundo balanço da Confederação Nacional da Indústria, o número de acordos coletivos que incluíram o famigerado “banco de horas” pulou de 18% do total, no segundo semestre de 99, para 44,59% até fins do ano passado; já a inclusão do contrato temporário de trabalho saltou, no mesmo período, de 2% para 16,55%.

CUSTO DO ACIDENTE

As empresas devem se preocupar com a elevada taxa de acidentes de trabalho no país – não com as mortes e lesões de funcionários, mas sim com os seus custos operacionais. É o que alerta o consultor José Pastore. Segundo ele, só neste ano elas gastarão R\$ 24 bilhões com as despesas resultantes de acidentes. “Esse número parece não pesar nas contas das empresas, visto que o índice de acidentes registrados se mantém estável, em torno de 400 mil por ano”, diz o economista. Na década de 90, a média de mortes por acidentes de trabalho no país foi de 150 por um milhão. Nos EUA, é de cinco por um milhão; e na Inglaterra, de dez.

CRIME TERCEIRIZADO

Após o acidente na P-36, o avanço da terceirização gerou controvérsias no país. Nos últimos três anos, ocorreram 92 mortes na Petrobras, sendo 66 de trabalhadores de prestadoras de serviços. A terceirização virou moda no reinado de FHC. Além de gerar graves acidentes e de minar a qualidade dos serviços, ela causou desemprego e rebaixamento salarial. Na indústria privada, o rendimento médio, comparado com 96, caiu em 16,9%; nos bancos, no mesmo período, a queda foi de 22,1%; e no comércio varejista, foi de 16,2%.

A atitude imoral do governo gerou revolta em vários setores. Atoos contra a corrupção levaram novamente às ruas a juventude “cara pintada”. Também radicalizou o discurso de conceituadas entidades da sociedade civil, como a OAB e a CNBB, contribuindo para ampliar a pressão oposicionista. Esta onda de protestos, além de desgastar a imagem de FHC, serviu para evitar um novo acordo na base de sustentação do governo. Forçou a cassação dos envolvidos na fraude do painel eletrônico do Senado. Com isso, agravou as fraturas no bloco dominante. Tanto que os senadores ACM e Arruda saíram atirando. Tido como homem forte do governo FHC durante seis anos, o cacique baiano acusou o presidente de “autista” e prepotente, incapaz de ver a grave crise social e o risco de explosões sociais. “Enquanto isso, continuamos rigorosamente em dia com o FMI e os organismos internacionais, que nos asfixiam, que nos ridicularizam”, afirmou.

Outro reflexo desta crise surgiu nas convenções do PMDB, em maio. O setor oposicionista, identificado com a candidatura própria do governador mineiro Itamar Franco, venceu em 13 diretórios regionais do partido – entre eles, nos mais importantes estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. “Os governistas dançaram”, festejou o senador Roberto Requião (PR). Este resultado inferniza ainda mais o futuro de FHC. Itamar Franco é um duro adversário do programa de privatização do setor elétrico. Chegou a convocar a PM mineira numa cena ousada contra à venda de Furnas. Para ele, o PMDB deve abandonar o barco à deriva do governo, o que fragilizaria ainda mais o restante do mandato do seu rival.



Maurício Moraes

GOVERNO DAS TREVAS

Neste quadro, já bastante adverso, FHC ainda diz ter sido “pego de surpresa” pelo colapso energético. Era o que faltava para evidenciar a interligação entre a crise política e o fiasco econômico do projeto neoliberal. Afinal, o racionamento é resultado do desmonte do Estado, com as privatizações e o corte de investimentos públicos. De há muito que os especialistas do setor advertiram o governo sobre este perigo. Já em 1995, o professor Luiz Pinguelli Rosa, da UFRJ, entregou relatório ao vice-presidente Marco Maciel alertando para o fato de que a venda do setor elétrico não previa a sua expansão. “Os investimentos no setor caíram de R\$ 10 bilhões ao ano para R\$ 4 bilhões. O governo apostou na privatização e não investiu no setor”, explica.

Na prática, o modelo privatista só penalizou a população. Além da degradação dos serviços – que atingirá o seu ápice com os apagões –, e do aumento vertiginoso das tarifas, resultou na demissão de mais de 100 mil trabalhadores do setor. Já para as multinacionais, permitiu altos lucros e poucos riscos. “É



revelador que, dos cerca de R\$ 15 bilhões desembolsados pelo BNDES para o setor elétrico entre 1995/2000, 64% tenham financiado os compradores das estatais, inclusive estrangeiros”, comenta Fernando Camargo, economista da Unicamp. Para Roberto d’Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico, “a privatização não trouxe tarifas mais baratas, não resolveu os problemas sociais, não resolveu o problema fiscal do governo e ainda trouxe a privação da eletricidade”.

Agora, com o racionamento e os apagões, os danos à sociedade serão ainda maiores. Estudo da FGV indica que se houver corte de 15% no consumo de energia por seis meses, como quer o governo, haverá queda de 1,5% no crescimento do PIB; redução de 6,3% na produtividade industrial; e a demissão de 856 mil trabalhadores. Algumas empresas, como a Villares, já pressionam os sindicatos a negociar o banco de horas para compensar os apagões. Até a governista Força Sindical está preocupada. Seu “centro de solidariedade” já registrou queda de 41% na oferta de vagas e

aumento de 45% nos pedidos do seguro-desemprego.

“DESGASTE EMOCIONAL”

Abalado pelas denúncias de corrupção e pelos riscos do racionamento, FHC entrou em pânico. Segundo *O Estado de S.Paulo*, sempre tão solícito com o governante, ele já padeceria de “forte desgaste emocional”. Talvez isto explique suas sandices numa entrevista ao jornal *O Globo*. Nela, o presidente-autista afirmou que “a leviandade da imprensa e o golpismo sem armas da oposição estão criando um clima de fascismo e terror insuportável”. Logo ele que editou e reeditou 5.296 medidas provisórias, que já tentou emplacar três leis da mordaza e que tanto agride a Constituição e os poderes da República, ataca os outros de fascistas!

A reação foi imediata. “A pecha de fascistas devolvemos a FHC e a muitos de seus aliados, que tantos serviços prestaram à ditadura, lembrando que o uso da mentira, da desqualificação dos adversários, da ameaça, da disseminação do medo de ruptura institucional, sempre foram armas dos fascistas”, afirmou uma nota do PT. Já o presidente da CNBB, dom Jayme Chemello, sugeriu que FHC “fique quieto”. Mas a melhor resposta talvez seja dada nos próximos dias, quando ocorrerão várias manifestações de rua contra o governo. A mais importante delas está marcada para 27 de junho, em Brasília. O objetivo é reunir 100 mil pessoas de todo o país para dar um basta à corrupção, ao apagão, às privatizações e para exigir o Fora FHC.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES) e editor da revista *Debate Sindical*.
Correio eletrônico: aaborge@attglobal.net

SINDICAL

GREVE EM TOCANTINS

Após 12 dias de greve, os policiais militares do Tocantins retornaram ao serviço. O movimento serviu para denunciar as péssimas condições dos PMs, que trabalham até 60 horas semanais por míseros salários. Ele evidenciou a radicalidade deste segmento. No outro extremo, o governo Siqueira Campos abusou da violência: acionou tropas do Exército, deteve 13 líderes grevistas e transferiu policiais.

SINDICATO GLOBAL

Em meados de maio, na capital paulista, ocorreu a primeira reunião da Coordenação Ibero-Americana dos Trabalhadores do Santander, para definir um plano de ação global dos sindicatos que representam os 123 mil bancários desta instituição – 50 mil na Espanha e 73 mil na América Latina, dos quais 27 mil no Brasil. A reunião aprovou a realização da “Semana Mundial de Luta no Santander”, em junho. Segundo os líderes sindicais, o grupo espanhol é agressivo nas aquisições e na demissão de bancários. O Banespa, “vendido” neste ano, já eliminou 8,2 mil empregos dos 23 mil existentes antes da privatização.

ESPIONAGEM SINDICAL

Entre 97/98, o banco holandês HSBC contratou agentes da Secretaria de Segurança Pública do Paraná para espionar o Sindicato dos Bancários de Curitiba. A denúncia foi encaminhada, em maio, à CPI da Telefonia da Assembléia Legislativa. O sindicato também ingressou com ação na 20ª Vara Civil. A entidade soube da ação ilegal ao receber cópia do relatório número 021/97 do Serviço de Inteligência do HSBC. Ele revela a contratação de uma empresa especializada, que “grampeou” diretores, funcionários e até familiares dos sindicalistas.

OAB cria “comissão popular de inquérito” para apurar atos de FHC

No final de maio, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – uma das mais conceituadas entidades da sociedade civil, encabeçadora de históricas batalhas pela democracia e a justiça em nosso país – promoveu um protesto em sua sede paulista contra a corrupção e o plano de racionamento de energia de FHC. Na ocasião, lançou a idéia, aprovada por outras organizações democráticas e sindicais presentes, da criação de uma “comissão popular de inquérito” para investigar os atos do governo – um outro tipo de CPI, já que a do Congresso Nacional não vingou por causa da pressão e

da vergonhosa liberação de verbas do Palácio do Planalto. Nesta entrevista, o presidente nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, explica a proposta desta comissão – “que não se sujeitará às pressões, porque é inegociável, como inegociáveis são os interesses da sociedade” –, fala sobre a atual crise política no país e a onda de corrupção em Brasília e também aborda o colapso energético, contrapondo-se às medidas autoritárias do governo – “não resolveremos o problema da energia promovendo um apagão constitucional”.



RUBENS APPROBATO MACHADO

“Devemos levar em conta a corrupção, esse imenso ralo por onde escoo o dinheiro que deveria ser usado, e bem utilizado, para ao menos atenuar esses problemas sociais”

Debate Sindical: Como o senhor analisa a atual situação política do país? Estaríamos vivendo o “apagão” do governo FHC?

Rubens Approbato Machado: Estamos vivendo um momento delicado, que exige reflexão da sociedade e uma postura mais responsável das autoridades que governam este país. Não adianta

tanto esforço para o Brasil cumprir metas econômicas se temos um desempenho social péssimo. Ao longo dos últimos anos valorizou-se mais a moeda, em detrimento dos valores humanos. Temos gravíssimos problemas de moradia, de saúde pública, de educação. Tenho insistido na necessidade de uma refundação do Estado brasileiro.

Estamos num momento de grandes definições. E como vivemos, hoje, um parlamentarismo enviesado, com o presidente da República governando através de Medidas Provisórias, talvez seja a hora de repensarmos até o sistema de governo. Inclusive na hipótese de um parlamentarismo forte, desde que tenhamos partidos com

“Ninguém pode, em sã consciência, dizer que houve julgamento sumário de Arruda e ACM. O problema é que a conduta dos senadores feriu de morte a ética parlamentar”

ideologias e programas que sensibilizem a população.

Quais seriam as principais causas do rápido desgaste do governo federal?

Agravamento da crise econômica, fraturas na base governista ou questões da ética, da corrupção?

Rubens Approbato: Como disse, o governo, preocupado em atender as metas do Fundo Monetário Internacional, dos nossos credores externos, deixou em segundo plano os miseráveis. Temos, por exemplo, agora mesmo, um novo ciclo de secas no Nordeste e o governo, como sempre, não apresenta uma política para resolver o problema definitivamente. Até mesmo o Ministério da Integração Regional, que deveria se ocupar desse problema, está vago. As providências que o governo ensaia são paliativas. Claro que, além disso, devemos levar em conta a corrupção, esse imenso ralo por onde escoo o dinheiro que deveria ser utilizado – e bem utilizado – para ao menos atenuar esses problemas. Se não fosse a corrupção talvez tivéssemos linhas de transmissão e não precisássemos viver às escuras, como estamos hoje.



Diante da inércia do Congresso Nacional, que rejeitou a abertura da CPI da corrupção, a OAB propôs a criação de uma “comissão popular de inquérito”. Como ela deve funcionar, quais os temas que priorizará na apuração?

Rubens Approbato: O que fizemos foi propor a criação de uma comissão constituída por pessoas representativas da sociedade civil – da área jurídica, da igreja, dos sindicatos, das associações, da imprensa, etc. – para receber e tornar públicas denúncias de corrupção nos poderes da República. Essa comissão não teria, claro, os

“Não adianta tanto esforço para o Brasil cumprir as metas econômicas, se o desempenho social é péssimo. Nos últimos anos, valorizou-se mais a moeda do que os valores humanos”

mesmos poderes de uma CPI para convocar autoridades ou determinar a quebra de sigilo bancário. Mas poderia, sim, convidá-las a prestar esclarecimentos e se defender. É preciso dizer também que não se trata de nenhum tribunal de exceção, mas de uma instância legitimada pela

sociedade para prosseguir com um trabalho que, infelizmente, o Congresso não pôde realizar. Com um detalhe: essa comissão não se sujeitará às pressões. Ela é inegociável, como inegociáveis são os interesses da sociedade.

Ainda sobre a inércia dos poderes públicos, qual deve ser a postura das entidades da sociedade civil, em especial do sindicalismo? Também haveria apatia no campo popular e democrático?

Rubens Approbato: Não creio que haja apatia. Pelo contrário. As entidades estão atentas e têm cobrado dos políticos, principalmente, uma postura ética. A função dessas entidades deve ser crítica. Falo pela OAB, obviamente, que tem colaborado para o desenvolvimento deste país, fazendo as críticas necessárias contra os atos de improbidade administrativa, corrupção, desmando, protecionismo, políticas equivocadas, nepotismo. Tudo isto será denunciado sempre, a exemplo do que fizemos na luta pela cidadania, quando mostramos que o cidadão não pode ficar calado quando sente ou percebe um desmando. Nesse caso, a indignação deve ser mostrada para evitar que se esconda a sujeira debaixo do tapete.

Como a OAB avalia a posição da Comissão de Ética do Senado, que votou favorável ao parecer do senador Saturnino Braga propondo a cassação dos dois parlamentares que violaram o painel eletrônico? Houve julgamento sumário, como afirmaram os acusados?

Rubens Approbato: O processo foi impecável. Todos os acusados tiveram direito a ampla

defesa. Quando tornamos pública a nossa posição, a favor da cassação dos senadores, fizemos questão de deixar bem claro que a Ordem dos Advogados do Brasil defendia também um processo sujeito ao rito legal. Ninguém pode, em sã consciência, dizer que foi um julgamento sumário. O problema é que a conduta dos senadores feriu de morte a ética parlamentar.

Segundo algumas vozes da oposição, a cassação de Arruda e ACM serviria para tirar o foco da crise do governo FHC. O senhor concorda com tal avaliação?

Rubens Approbato: São situações distintas, embora componham um quadro geral de crise. Não nos cabe analisar a situação pelo ângulo político. Isso é tarefa dos partidos.

Por último, no que se refere à crise energética, houve incompetência do governo

no trato desta questão? Ou o provável apagão decorre da política privatista do neoliberalismo?

Rubens Approbato: Há mais de uma década ouvimos dizer que o Brasil está à beira de um colapso energético. Mas o que se fez a respeito? Nada. No processo de privatização, o governo foi muito açodado, pois o importante era aumentar o caixa do Tesouro, mas a sociedade não tomou conhecimento de nada disso. Teve muito dinheiro envolvido, mas nada, ou quase nada, para o que o Brasil de fato precisava, que eram as linhas de transmissão para levar os excedentes de energia do Norte e do Sul às regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

A MP que institui as normas do racionamento de energia simplesmente suspende os efeitos do Código de Defesa do Consumidor [1]. Ela é mais uma medida inconstitucional deste governo?

Rubens Approbato: Tivemos a oportunidade de dizer ao ministro Pedro Parente e ao advogado-geral da União, Gilmar Mendes, que a MP violava não apenas um, mas vários preceitos constitucionais. Da forma como estava, assemelhava-se, e muito, aos atos institucionais da época da ditadura militar. Compreendemos que o momento é grave, mas não resolveremos o problema da energia promovendo um apagão constitucional.

Medida provisória do racionamento "assemelhava-se, e muito, aos atos institucionais da ditadura militar. Não se resolve a crise da energia com um apagão constitucional"



NOTA

1- Pouco dias após esta entrevista, o governo FHC alterou a medida provisória (MP) sobre o racionamento. Diante da pressão da sociedade, em especial da própria OAB, retirou o artigo que suspendia o direito da população de usar o Código de Defesa do Consumidor contra os aumentos das tarifas e os cortes de energia elétrica.

MARCIO POCHMANN

Alternativas à política de exclusão neoliberal

Neste início do terceiro milênio, o Brasil possui, pelo menos, três grandes desafios a enfrentar de maneira simultânea no campo social e trabalhista. O primeiro decorre do projeto neoliberal instalado no país desde 1990, quando novos segmentos sociais passaram a ser excluídos dos poucos e esparsos frutos do capitalismo brasileiro. São os deserdados do antigo processo de inclusão gerado pela Era Vargas, através do desemprego em massa e das ocupações precárias, que constituem uma nova fase de produção e reprodução da pobreza e desigualdade no país.

O segundo desafio está associado aos chamados despossuídos que foram marginalizados do processo de modernização do sistema produtivo ocorrido entre 1930 e 1980, quando o Brasil experimentou a sua principal fase de expansão das forças produtivas. Estima-se que 40% da população tenha ficado de fora do projeto de industrialização nacional.

PROJETOS DA PREFEITURA

O terceiro refere-se à formação de uma faixa da população apartada pelos avanços tecnológicos. Além do atraso educacional, a adoção de políticas



Prefeitura de São Paulo tenta construir nova estratégia de inclusão social

tecnológicas erradas contribui muito para a ampliação da exclusão no país.

Ao romper com os erros e vícios produzidos pelo projeto neoliberal, como a focalização dos recursos públicos e a fragmentação das ações governamentais, o governo do município de São Paulo procura construir uma nova estratégia de desenvolvimento social e trabalhista. Com critérios universais de atendimento aos excluídos, especialmente de pobres e desempregados, são implementados cinco projetos governamentais de massa, integrados e articulados entre si, representando a maior intervenção de âmbito municipal voltada para a distribuição de renda na América Latina.

Somente neste ano serão comprometidos 64 milhões de reais no tratamento social a

pobres e desempregados, buscando levar a cidadania aos despossuídos e deserdados. Para isso, os programas Garantia de Renda Familiar Mínima, Bolsa Trabalho e Começar de Novo pretendem que até 2004 os mais pobres, na faixa etária de zero a 20 anos, não necessitem vender sua força de trabalho para sobreviver, podendo comprometer-se mais com a formação escolar, ocupacional e atividades comunitárias.

SUPERAR O NEOLIBERALISMO

Na perspectiva do desenvolvimento inclusivo também se aposta tanto na Central de Crédito Popular, como forma de difundir variadas linhas de créditos não apenas para beneficiados dos programas sociais, assim como na implementação do sistema de incubadoras de cooperativas e de micro e pequenos negócios, que possibilite gerar ocupação e renda não mercantil, obstruindo o ciclo estrutural da pobreza.

A somatória dos esforços na coordenação intersecretarias no município de São Paulo leva a um resultado diferente da lógica neoliberal, que reduz o papel do Estado, demitindo funcionários públicos, rebaixando remunerações e privatizando o setor produtivo.

Uma outra estratégia de desenvolvimento com inclusão está em curso na cidade de São Paulo. Seu sucesso, bem como o de outras experiências progressistas e não liberais, somente será pleno à medida que o projeto neoliberal for superado no Brasil.

Marcio Pochmann é economista e secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo

Privatização e colapso

Estudo da Fundação Getúlio Vargas estima que o racionamento provocará queda de 1,5% no crescimento do PIB total, com a destruição de 800 mil postos de trabalho

ALOIZIO MERCADANTE

Não adianta tentar pôr a culpa pela crise do setor elétrico na falta de chuvas ou nos governos anteriores. Ambas existiram, mas o governo Fernando Henrique Cardoso teve seis anos para equacionar o problema e preparar-se, inclusive porque os reservatórios são planejados com um volume de água suficiente para a operação das usinas durante cinco anos, podendo suportar, portanto, longos períodos de estiagem. Não o fez.

Previsível e anunciada há vários anos, a crise atual é, em realidade, conseqüência da falta de investimentos e da falência da política do governo de privatização e regulação do setor elétrico, que produziu um descompasso entre o aumento da capacidade instalada e o consumo. Descompasso já presente na também “privatista” administração Collor, que levou à acumulação de um déficit de mais de 10.000 KW de potência instalada ao longo dos anos 90. Recorde-se que nesse período a economia cresceu mediodremente, uma média anual de 1,8%, o que significa que em relação às necessidades de crescimento do país – estimadas em um mínimo de 6% anuais somente para

absorver o aumento anual da força de trabalho e, portanto, não gerar mais desemprego – o déficit da capacidade instalada de geração é muito maior.

O afã privatizante do governo é conflitante com as características de nosso parque, essencialmente hidroelétrico, representando a geração de origem hídrica mais de 90% do total. Em qualquer país organizado, inclusive nos EUA, a gestão e o controle de sistemas desse tipo são feitos pelo Estado, visando a otimização no uso dos recursos hídricos, a eficiência operacional sistêmica e a preservação do meio ambiente.

RETRAÇÃO E DESEMPREGO

A privatização do setor elétrico foi apresentada à sociedade brasileira como a solução ideal e moderna à falta de recursos públicos para bancar a expansão da infra-estrutura do setor e à alegada ineficiência gerencial do Estado. Ambos argumentos são falsos. A Eletrobrás, segundo o discurso de despedida de seu ex-presidente, produziu, nos últimos cinco anos, um lucro de 8 bilhões de reais. Por outro lado, se o Estado não tinha recursos, deveria



ter estimulado a inversão privada em novos projetos de expansão da capacidade instalada e não vender os ativos já existentes, sem estabelecer nenhum compromisso ou programa paralelo de investimentos.

O que acontece é que, como tudo no governo Fernando Henrique Cardoso, também nesse caso há uma enorme diferença entre o que se diz e o que (e para que) se faz. Em realidade, a privatização serviu basicamente para propiciar bons negócios aos investidores, especialmente os estrangeiros, e gerar “caixa” para

do setor elétrico



Não obstante o fracasso de sua política, o governo quer aprofundar o “modelo” de privatização

período de um corte de 15% no suprimento elétrico provocará uma queda de 1,5% no crescimento do PIB total e de 1,1% no PIB industrial, com a destruição de 800 mil postos de trabalho.

A VENDA DE FURNAS

Porque se chegou a esse ponto? Porque os lucros espetaculares das empresas privatizadas não se traduziram em investimentos direcionados à criação de novas unidades de geração de energia, mas sim em maiores dividendos distribuídos aos acionistas e, em grande parte, remetidos para o exterior. Lucros derivados, em parte, do aumento expressivo das tarifas de energia, que no nível residencial superou a inflação em mais de 67% durante os seis primeiros anos da administração FHC.

Por outro lado, o governo, embora controlando cerca de 70% dos ativos do setor elétrico, não só não promoveu os investimentos públicos na medida adequada como proibiu o BNDES de financiar as estatais; e, além disso, desorganizou o sistema de planejamento estratégico do setor sem

implantar instrumentos alternativos eficazes de regulação e comprometimento das empresas. Recorde-se que até o advento dos governos neoliberais nunca tivemos uma crise dessa natureza, embora tenhamos crescido, em alguns períodos, a taxas médias superiores a 10%.

Não obstante o evidente fracasso de sua política, o governo agora quer aprofundar o “modelo” de privatização, entre outras coisas vendendo Furnas, conforme acertado com o FMI. Furnas produz cerca de 39 milhões de MW e transporta outros 98 milhões nas suas linhas de transmissão, respondendo por um terço da energia elétrica consumida no país. A usina da empresa tem uma capacidade de 8,5 milhões de KW, o que a um custo construção de US\$ 1.400/KW instalado significa que somente seu parque gerador vale aproximadamente US\$ 12 bilhões.

Sua privatização pode ser mais um bom negócio para os investidores externos e contribuir para gerar os superávites exigidos pelo FMI e destinados a pagar os juros da dívida pública, que o governo FHC aumentou de maneira explosiva e irresponsável. Entretanto, não ajudará em nada a solução da crise energética atual nem removerá a restrição que o déficit na capacidade instalada de geração e transmissão representa para nosso desenvolvimento.

Aloizio Mercadante é economista, professor licenciado da PUC e da Unicamp, deputado federal por São Paulo e secretário de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores

atenuar conjuntamente os desequilíbrios externos e internos produzidos pela irresponsável política de âncora cambial e juros altos, abertura e desregulamentação da economia.

O resultado é o que se vê agora: um racionamento médio de 20% do consumo de energia elétrica, previsto inicialmente para durar seis meses e que, além do desconforto à população, produzirá graves impactos na economia. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas estima que a manutenção por esse

Irresponsabilidade e escuridão

Especialistas são unânimes em afirmar que a falta de planejamento, de investimentos e a privatização são as razões do caos no setor energético

NIVALDO SANTANA

Lamparinas, velas, lampiões de gás e outros utensílios só encontráveis em museus de antiguidades voltam a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. Desde primeiro de junho, as regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste sofrem cortes de até 20% no fornecimento de energia elétrica. A previsão é de que o martírio perdure até dezembro, numa prova definitiva do fracasso da privatização que os tucanos impuseram ao país.

Além dos transtornos para o cidadão, o racionamento será um verdadeiro terremoto para a economia do país. Estudos da Fundação Getúlio Vargas dão conta de que o racionamento provocará diminuição de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), com um prejuízo de R\$ 15 bilhões e, de quebra, 800 mil empregos a menos. A indústria encolherá e a produtividade diminuirá em 6,3%, agravando todos os indicadores de produção, emprego, faturamento e exportação.

As causas desse desastre não são, como mentem os representantes do governo, as variações hidrológicas ou o mau

humor de São Pedro. Especialistas em energia são unânimes em afirmar que a falta de planejamento, de investimentos e a privatização são as razões do caos no setor.

ERROS A GRANEL

Em 1995, pouco depois de tomar posse no Palácio do Planalto, Fernando Henrique deu início à reestruturação do setor, condicionando geração, transmissão e distribuição aos ditames do mercado e desencadeando um acelerado processo de privatizações. FHC argumentava que a privatização possibilitaria ao Estado destinar mais recursos às áreas sociais ditas prioritárias (saúde, educação e segurança), ajudaria a reduzir a dívida pública e, afinal, dinamizaria a infra-estrutura do complexo energético.

A verdade é que todas as justificativas para a desregulamentação pereceram no discurso do presidente. Não houve investimentos significativos no social, a dívida pública inchou e os serviços pioraram. As

Em Minas Gerais, que preservou o controle estatal do setor, situação energética é mais favorável

atabalhoadas e nada transparentes privatizações redundaram na mais intricada crise do setor energético, e tais conseqüências não atingiram apenas a credibilidade do governo FHC e o patrimônio do setor. Ao invés de abaixar, o preço das contas de luz sofreu seguidos e exorbitantes aumentos nos últimos anos. As tarifas extorsivas não impediram que ministros sugerissem a aplicação ilegal de multas a quem extrapolasse uma cota de consumo de energia.

Mas os erros não se restringem ao âmbito federal. Vários governantes seguiram a mesma orientação neoliberal de FHC. Em São Paulo, o Programa Estadual de Desestatização (PED) norteou a privatização de todas as distribuidoras paulistas de energia, além de algumas geradoras. Não por acaso, será o Estado mais prejudicado com os apagões. Onde houve resistência, como em Minas Gerais, que preservou o controle estatal das empresas do setor (Cemig, Furnas, entre outras), a situação energética é mais favorável.

Inúmeras autoridades no assunto põem em xeque as estratégias de FHC para o setor. Em entrevista concedida ao *Jornal da USP*, o professor Ildo Luis Sauer, do Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP, explica que “de 1995 para cá, quando se começou a reestruturar o setor,

amarrou-se as mãos das estatais, o investimento foi bloqueado e o estoque de água existente foi sendo turbinado”. De acordo com Sauer, as fortes chuvas de setembro passado evitaram que a crise emergisse já no último inverno. Contudo, em razão da estiagem de 2001, o colapso tornou-se inevitável.

POTENCIAL INEXPLORADO

Tratando-se de potencial energético, o Brasil é um dos países mais privilegiados do mundo. Nenhum outro de características econômicas semelhantes às suas possui a vantagem de poder suprir internamente toda a necessidade energética que a economia apresenta. Logo, uma política mais coerente para o setor, que não fosse executada sob perspectivas de lucro, evitaria qualquer ameaça de crises como a atual.

Mas deixar de se pensar em lucro é algo inimaginável num governo neoliberal. A volúpia impetuosa em privatizar foi a força motriz do governo de FHC, o presidente que entregou as

hidrelétricas brasileiras ao capital estrangeiro e deixou o setor energético do país ao deus-dará.

Foi com constrangimento e demagogia que FHC anunciou, em 7 de maio, racionamento de energia para conter os impactos da crise. O constrangimento decorreu de prever iminentes acréscimo na tarifa da luz e corte de fornecimento. Já a demagogia ficou clara quando o presidente afirmou que seu governo recuperou os investimentos no setor. Se em 2000 as verbas para fins energéticos (US\$ 3 bilhões) foram um quinto dos recursos dispensados para o setor em 1987 (US\$ 15,4 bilhões), por que FHC insiste em tecer considerações falaciosas?

Como não deve chover suficientemente nos próximos meses e a energia elétrica é imprescindível, os brasileiros sentirão os graves transtornos do racionamento. As ruas escuras de nossas cidades serão um triste símbolo da falência política, econômica e moral do governo FHC.

Nivaldo Santana é deputado estadual e presidente do Diretório Municipal do PCdoB/São Paulo



Jesus Carlos/Imagematina

O crime da privatização do saneamento básico

Chegar em casa e tomar um banho quente pode virar coisa do passado. O racionamento vai aumentar as tarifas de energia e realizar cortes nas casas de quem não considerar banho quente um luxo. E a água, que até agora saía dos chuveiros sem trazer maiores preocupações, tende a se tornar um monopólio de grandes empresas estrangeiras, se vingar o projeto do governo federal que abre caminho para a privatização do setor.

O Brasil amarga todos os impactos negativos do Programa Nacional de Desestatização do governo desde o acordo assinado com o FMI, em dezembro de

Depois da crise energética, governo prepara a venda do setor de saneamento, o que tornará a água uma mercadoria de difícil acesso à população

GUIOMAR PRATES

1998. Até agora, os efeitos mais desastrosos se verificavam no setor energético. A privatização do saneamento, no entanto, pode

significar um desastre ainda maior.

O saneamento básico tem uma grande interface com a saúde pública e a qualidade de vida da população. Apesar disso, segundo a ONU, três bilhões de pessoas no mundo estão excluídas dos serviços de água tratada. No Brasil, que detém de 12% a 15% da água doce disponível no planeta, cerca de 30 milhões de pessoas ainda padecem pela falta de acesso à rede pública de água e esgoto.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a ausência de água potável e saneamento é responsável por 80% das doenças

e 65% das internações hospitalares no Brasil. Cerca de 25% das residências no país não contam com água potável e 50% não têm acesso ao serviço de esgoto. Apenas 6% dos esgotos são tratados; mais de 90% são lançados nos rios, mares ou solo. Dos 5.559 municípios brasileiros, perto de 3.700 são atendidos por empresas estaduais e os demais recebem os serviços através de companhias municipais e autarquias. A gestão pública responde por cerca de 95% dos serviços.

PROJETO DE LEI DE FHC

Como primeira medida para sufocar esses serviços e facilitar a privatização, o governo federal determinou o contingenciamento de verbas oficiais para os serviços públicos estaduais e municipais de saneamento. Agora, para acelerar o processo, FHC encaminhou à Câmara dos Deputados, em 21 de fevereiro, o projeto de lei 4147/2001, que institui as diretrizes nacionais para a prestação dos serviços públicos de saneamento.

Diferente do que estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 60, somente serão titulares dos serviços os municípios que tiverem circunscritos em sua área territorial todos os serviços e instalações de saneamento. Os estados passarão a deter a concessão sobre os demais. A pretexto de sistematizar a gestão dos recursos hídricos, o PL 4147/01 estabelece um novo conceito para um bem essencial à sobrevivência da espécie humana, inserindo-o no patamar de mercadoria submetida à concorrência do mercado.

O projeto foi articulado simultaneamente à criação da Agência Nacional de Águas

(ANA). Em outros setores já privatizados, como o elétrico e o de telecomunicações, foram criadas agências de regulação semelhantes à ANA e nenhuma delas cumpre o objetivo de fiscalizar o cumprimento de metas, a qualidade dos serviços prestados ou garantir a universalização e impedir os abusos contra o consumidor.

Mesmo com tantas inconstitucionalidades e incongruências, o PL 4147 tramita em caráter emergencial. Ao atacar questões tão polêmicas, o projeto vem recebendo forte resistência de segmentos representativos da sociedade, como a Frente Nacional de Saneamento Ambiental, o Conselho Nacional de Saúde e a OAB.

CONCORRÊNCIA GLOBAL

Nos anos 90, a água passou a ser objeto de disputa econômica global, a partir da cobiça das multinacionais do setor, especialmente as francesas, sob o patrocínio do FMI e do Banco Mundial. No mundo, ganham corpo conflitos em torno da água. Os canadenses, por exemplo, tentam impedir que o Nafta faculte aos EUA, onde os sistemas de abastecimento são 100% públicos, drenar a água do Canadá. Prevalece entre eles a certeza de que a água, convertida em mercadoria, terá o mesmo destino da energia – pelo qual pagam preços internacionais desde a perda do controle nacional sobre esse bem.

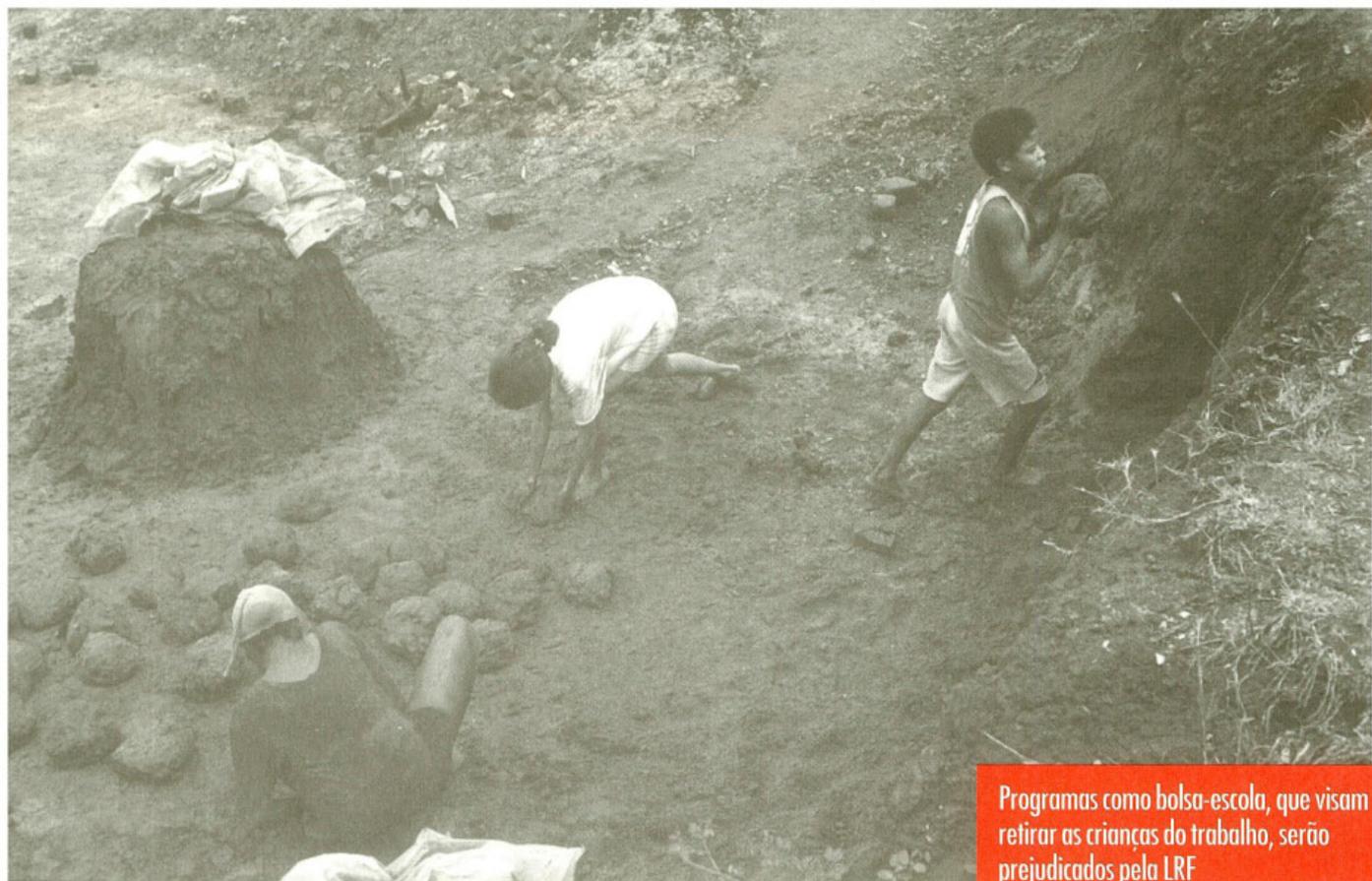
As experiências mostram que em todos os lugares do mundo onde ocorreu a privatização do saneamento as dificuldades são inúmeras – aumentos de preços, deterioração do serviço, falta de atendimento, demissões, corrupção, lucros privilegiados

nos contratos públicos. Em muitos locais (como em Cochabamba-Bolívia, ou Grenoble-França), os usuários conseguiram anular a concessão e restabelecer o controle público do serviço. Em Sarandi (PR), a mobilização popular reverteu a privatização da empresa local de saneamento.

Os negócios com água e esgoto representam, no Brasil, US\$ 15 bilhões, segundo a consultoria CG/LA. Os empreendimentos mais cobiçados existem, hoje, na forma de concessões em cidades com sistemas de água e esgoto já consolidados, onde os investimentos necessários e os riscos são menores. Ao invés de contribuir para sua universalização, a privatização distancia a água do consumidor, tornando-a menos acessível e mais cara. Um estudo do BNDES evidencia a lógica do projeto do governo, ao negar a inexistência dos maciços investimentos anunciados pelas multinacionais interessadas em abocanhar o setor. “A participação do Estado com recursos orçamentários é essencial mesmo após a desestatização do setor”, revela o documento.

Além disso, a privatização implicará prejuízos de monta para as empresas fornecedoras de equipamentos e serviços para água e esgoto, pois as multinacionais hegemônicas dispõem de fornecedores próprios. Essas empresas prevêem uma queda de 25% a 30% nas suas vendas. Do ponto de vista social, o prejuízo também é grande, pois a tendência é que ocorram muitas demissões no setor, aumentando o flagelo do desemprego.

Guiomar Prates é jornalista, integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*



Julio Etchart/Imaginet

Programas como bolsa-escola, que visam retirar as crianças do trabalho, serão prejudicados pela LRF

A falsa moralidade da Lei de Responsabilidade Fiscal

A bandeira da moralidade pública, levantada no debate em torno da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tenta desviar a atenção da sociedade das reais intenções de seus idealizadores e das conseqüências desastrosas deste ajuste fiscal que penaliza municípios e cidadãos brasileiros. A LRF não trata, em nenhum de seus 77 artigos, da moralidade pública. Trata sim do interesse do governo federal em atender as exigências impostas pelo FMI através de superávites obtidos com o reajuste fiscal, neste momento em que o país precisa de uma lei de responsabilidade social.

Para as forças políticas que sustentam administrações sem qualquer compromisso social, a LRF pode constituir-se até em explicação da inércia

CÉLIO DE CASTRO

A austeridade na aplicação de recursos públicos e a conseqüente obtenção de equilíbrio orçamentário seriam aspectos da lei a serem preservados, se fossem seus objetivos reais, mas não são. A LRF limita a criação ou ampliação de políticas sociais com recursos provenientes do aumento

de arrecadação pública que decorra de crescimento econômico ou do combate à sonegação e à elisão fiscal. Ela não implica qualquer limitação a que o Conselho Monetário Nacional determine o aumento da taxa de juros, mesmo que isso implique em desembolso de bilhões de reais de recursos públicos para pagar serviços da dívida.

ATENTADO À CONSTITUIÇÃO

A lei ignora e fere a Constituição Federal em vários outros aspectos. Complementada pela lei 10.028, implanta a

criminalização da gestão pública, ao estabelecer a prisão de prefeitos que não cumprirem todas as metas previstas. Para combater a corrupção, o desvio de dinheiro público e a improbidade administrativa, bastaria aplicar, com rigor, leis já existentes como a Lei do Colarinho Branco, a lei Camata, a resolução 78 do Senado Federal e a própria lei eleitoral.

A LRF é inaplicável até mesmo pelo Governo Federal, em plena campanha para legitimá-la e torná-la inalterável. Este governo desrespeitou a lei quando concedeu, recentemente, aumento diferenciado aos militares, pautando-se em previsão de aumento da arrecadação por crescimento econômico, o que a lei proíbe.

A pretexto de moralizar os gastos públicos, a lei agride princípios fundamentais do pacto federativo ao interferir na autonomia de estados e municípios, obrigando-os a cumprirem metas que atendem unicamente aos objetivos do governo federal. Esta interferência se reflete, entre outros pontos, na proibição das operações de crédito entre órgãos da federação, como fundos estaduais ou autarquias e as cidades.

A relatividade dos preceitos da LRF não será estendida aos prefeitos, reduzidos a meros administradores e vulneráveis diante do aparato da União. O artigo 35 da LRF também proíbe que estados e municípios renegociem dívidas com a União e impede que os estados repassem mais de US\$ 2 bilhões aos municípios. As tentativas de flexibilização deste e de outros aspectos da lei não podem impedir a continuidade do debate essencial. Por que a LRF e a quem ela serve?

CORTES EM PROGRAMAS SOCIAIS

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) tem sido exemplar em mais de oito anos de administração democrático-popular. Além de manter em dia seus compromissos, não demitiu nenhum funcionário público e gasta 13,11% do orçamento em investimentos, 78% em custeio e apenas 8,7% em serviços da dívida. Nos últimos quatro anos, as receitas de capital, com origem em empréstimos e financiamentos, têm sido reduzidas paulatinamente e não se aceita a corrupção e o desvio de dinheiro público. A situação na PBH é bem diferente do governo federal, que gasta 90,76% em custeio e apenas 1,93% em investimentos.

A implantação e a ampliação de programas reconhecidos internacionalmente como instrumentos eficazes no combate à pobreza, como o Bolsa Escola, ficam comprometidos com a lei. A PBH vai investir, em 2001, aproximadamente R\$16,8 bilhões neste programa. Cada uma das 7.303 famílias hoje participantes recebe, em dinheiro, R\$148,91. São beneficiadas 25 mil crianças de zero a quatorze anos, além dos adultos de cada família, uma vez que o projeto se integra a outras políticas públicas de saúde (como abastecimento e segurança alimentar), assistência social, capacitação para o trabalho e alfabetização de adultos.

Vários municípios se vêem obrigados a cortar recursos de

programas que atendem diretamente a população, como o Bolsa Escola, para cumprir a determinação de, em nenhuma hipótese, deixar de saldar dívidas financeiras. Para as forças políticas que sustentam projetos e administrações sem qualquer compromisso social, a lei em questão pode constituir-se até em explicação da inércia.

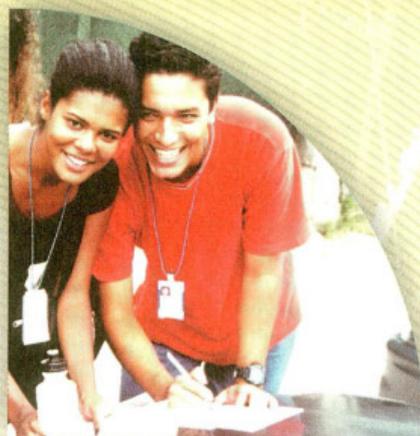
Em Minas Gerais, estão sendo extintos três fundos que aportariam recursos para o saneamento básico nos municípios. A Assembléia Legislativa ainda debate a destinação dos recursos dos fundos e de como serão aplicados, o que inclui a discussão sobre a possibilidade real da criação do chamado fundo previdenciário. Belo Horizonte, Vitória e Goiânia já criaram os seus fundos, mas há várias prefeituras menores que não têm condição de o fazer.

A LRF aponta escolhas do governo que pratica, há mais de oito anos, uma política econômica que patrocina a miséria e o desemprego no país e limita ou inviabiliza a implementação de políticas públicas por outras esferas de poder que poderiam minimizar esses efeitos e abrir perspectivas à cidadania. O Brasil precisa, na verdade, de uma lei de responsabilidade social, que dimensione esse critério, o do investimento social. Em centenas de municípios, os cidadãos brasileiros, já penalizados pelo verdadeiro quadro de devastação social resultante da política econômica desenvolvida pelo Palácio do Planalto, sentem os resultados da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei ignora e afronta os avanços da democracia no país.

Célio de Castro é prefeito de Belo Horizonte (MG)

A pretexto de moralizar gastos públicos, a lei agride princípios fundamentais do pacto federativo

Sinratel, na luta por emprego para a juventude



O Sinratel - Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing do Estado de São Paulo, é um sindicato jovem, feito por jovens trabalhadores. Só em nosso Estado, são mais de 100 mil os trabalhadores em telemarketing.

Garantir emprego para a juventude é uma das principais bandeiras do Sinratel.

O Sinratel tem promovido e participado de várias atividades sobre os problemas da juventude trabalhadora, em especial sobre a luta pelo primeiro emprego, denunciando a política econômica de Fernando Henrique, principal responsável pelo alto índice de desemprego.

Integrante do Coletivo Nacional de Juventude da CUT, o Sinratel convida os sindicalistas a participarem do

Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores

21 de julho de 2001

Promoção: Secretaria de Políticas Sociais da CUT
Informações: Sinratel - Fone: (011) 220 1700
correio eletrônico: sinratel@sinratel.org.br

Flashes do 1º de Maio da Força Sindical

Megaevento serviu para a Bovespa divulgar as vantagens de aplicar o FGTS nas ações pulverizadas das empresas estatais

PAULA BEIGUELMAN

No fim de março, a imprensa noticiava que o ministro-chefe da Casa Civil confirmara que o governo permitia o uso, pelo trabalhador, do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na compra das ações pulverizadas de Furnas. Simultaneamente, a Força Sindical passava a desenvolver uma parceria com a Bolsa de Valores de São Paulo para aproximar seus associados do mercado acionário.

Nesse passo se chegou à participação da Bovespa na comemoração do 1º de maio promovida pela Força.

Conforme registrou a Gazeta Mercantil, em matéria publicada na edição de 2 de maio, o megaevento incluiu a montagem de um stand com a finalidade de popularizar as atividades da Bolsa. Tratava-se, nas palavras do presidente da Bovespa, de “plantar a semente” e, junto com a Força Sindical, divulgar as vantagens de aplicar o FGTS nas



ações pulverizadas das empresas estatais.

Como se sabe, a Força não leva em conta que tal procedimento, já anteriormente praticado, acumplicia o trabalhador com a

alienação e privatização do valioso e estratégico patrimônio público, ao carrear recursos de um fundo dos trabalhadores para contribuir com a diminuição ou quebra do controle do Estado. Em lugar

Defesa do acordo em que o credor (o trabalhador) paga ágio ao devedor

desse raciocínio do sindicalismo consciente, o chamado sindicalismo de resultados prefere lembrar a pequena remuneração do FGTS, acenando com a vantagem de um eventual rendimento maior das ações da estatal vitimada pelo governo.

Porém, mesmo independentemente do enfoque ideológico, o aliciamento não tende a obter êxito, visto que o trabalhador reluta compreensivelmente em “investir” seus parcos recursos na Bolsa. Além do que, como declarou um dos entrevistados que se encontravam no stand, aliás, desempregado, “esse negócio de Bolsa pode até ser bom, mas eu não tenho dinheiro mesmo”.

NEGOCIATAS DO FGTS

Passemos agora a outro flash, referente à presença e declarações do então ministro Dornelles durante o acintoso megaevento da Força.

Como se sabe, ao se iniciarem, depois de muita protelação, as discussões sobre o ressarcimento dos expurgos do FGTS, determinado pelo Supremo Tribunal Federal, o governo insistia em reunir os recursos necessários através da apropriação da multa rescisória de 40% sobre o saldo do FGTS, relativa aos casos de demissão sem justa causa. Ou seja, o valor da multa não seria mais entregue ao demitido e sim utilizado para fazer caixa.

A repulsa das entidades sindicais a tal pretensão foi generalizada. A própria Força Sindical protestou com veemência; pois não podia ajudar o governo ao preço de comprometer a tal ponto a

confiança da base, o que acabaria, afinal, tornando-a menos útil para servir em outras oportunidades.

Mas simultaneamente a Força apresentava ao ministro do Trabalho, com quem se encontrava em entendimento freqüente, uma proposta alternativa, que atendia à exigência governamental para que fossem indicadas as fontes dos recursos, excluindo obviamente o Tesouro.

Pelo novo esquema se recomendava, por exemplo, o aumento do valor da multa a ser paga pelos patrões nos casos de demissão sem justa causa. Os trabalhadores continuariam recebendo os mesmos 40% e a diferença adicional seria canalizada para a correção do expurgo.

Por fim chegou-se a uma fórmula destinada a gerar em cinco anos 15,8 bilhões de reais, provindos do setor empresarial. Nem por isso os trabalhadores deixavam de contribuir; assim, os que tivessem maiores importâncias a receber, seriam descontados em até 15%, contribuindo portanto com 4,7 bilhões. Ou seja, criava-se um caso nunca visto no qual o credor (os trabalhadores) paga ágio ao devedor.

Em razão desse encaminhamento, a CUT abandonou a negociação, passando a aglutinar o generalizado protesto reivindicativo. Na verdade, não obstante todo o encenado triunfalismo do anúncio subsequente, apenas a Força Sindical, a Social Democracia Sindical e a Confederação Geral dos Trabalhadores, sob a liderança da primeira, fecharam o pretenso acordo; e mesmo a CGT já manifesta dúvidas quanto ao deságio no pagamento do devido

aos trabalhadores. As demais entidades representativas do meio sindical partilham o ponto de vista da CUT.

PROMESSAS DO MINISTRO

Pois bem, não obstante tudo isso, como o projeto de lei relativo à implementação desse lesivo acerto se encontra em tramitação no Congresso, Dornelles informou durante o megaevento da Força, como se fosse uma notícia alvissareira, digna de ser incluída numa comemoração de 1º de maio, que esperava para breve sua aprovação na Câmara dos Deputados e em seguida no Senado. E também, sem se dar por achado, referiu-se à promessa do governo de começar a ressarcir “logo” os que tinham menos a receber, não já, é óbvio, mas até meados do próximo ano – isto é, na véspera da eleição!

Ainda dentro do contexto do 1º de maio da Força Sindical, cumpre registrar também o início da mobilização para uma ameaça (mais uma) promovida pelo Sindicato dos Condutores de São Paulo que, como é sabido, foi lamentavelmente açambarcado por essa central através de métodos especialmente truculentos. E com o intuito principal de manter acuada a Prefeitura de São Paulo para dessa forma servir politicamente a um governo federal comprometido com um modelo econômico que impede o florescimento do mercado interno e induz ao arrocho, à desregulamentação e à destruição do Estado de Bem-Estar Social.

Paula Beigelman é professora associada da USP e vice-presidente do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo

O trabalho e os direitos trabalhistas

Legislação arquitetada por anos de luta é incompatível com o modelo “global” de produção, que quer instrumentos para arrochar salários e benefícios

OSVALDO BERTOLINO

“É preciso retomar a luta, defender o Brasil, construir a democracia e valorizar o trabalho, não apenas como elemento fundamental das relações de produção, mas, igualmente, como valor ético fundador da civilização”, diz o documento “Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho”. Essa valorização implica, obrigatoriamente, na defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

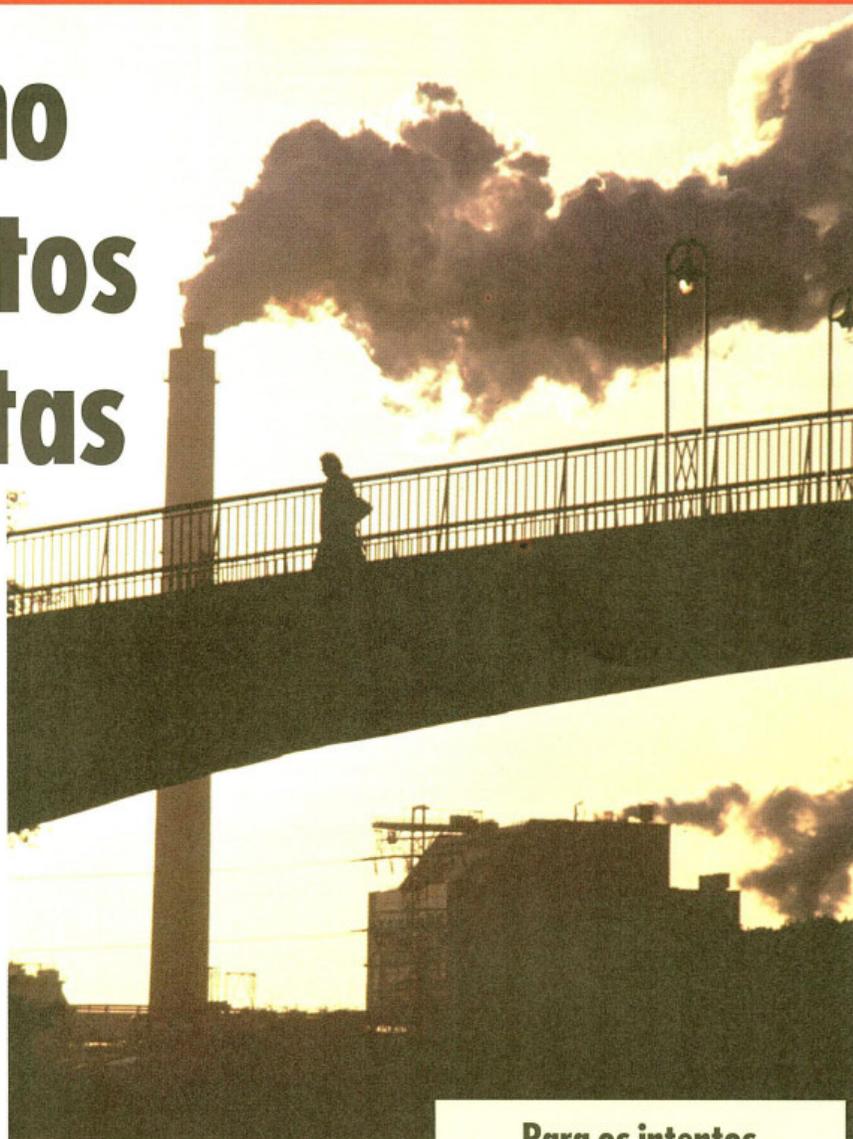
Quando o então candidato do condomínio partidário de direita espalmou sua mão com os cinco dedos indicando as promessas de campanha, os eleitores

entenderam que ele daria prioridade às questões sociais. Nenhuma “reforma” de feição liberal foi claramente proposta. A vitória de um programa de governo fundado no ideário liberalizante – em grande medida responsável pela mentalidade mercantilista que tem gerado as crises éticas, políticas e econômicas que pontuam o governo FHC –, portanto, decorre de uma emboscada eleitoral. As “reformas” vieram a reboque do projeto maior, espécie de cláusulas do contrato escritas em letras minúsculas. Elas foram concebidas para ajustar o país aos

Para os intentos mercantilistas, a extinção dos direitos sociais e trabalhistas está no centro da arena política

ditames mercantilistas e não para saldar a imensa dívida social que pulsa nos quatro cantos do país, intocada e intumescida.

Uma das conclusões a que se pode chegar, analisando esse quadro, é que as “reformas” são o arcabouço do projeto político necessário à sustentação do modelo econômico imposto pelos



Julio Eichart/Imagemet

Não é de hoje que se trava a guerra fria da “reforma” trabalhista

monopólios e oligopólios internacionais. Nele não cabem organizações que se opõem vigorosamente ao ideário liberalizante – como partidos de origem popular e, principalmente, sindicatos com poder de mobilização. O problema, para o governo, é que uma “reforma” capaz de pôr abaixo a estrutura trabalhista não consegue reunir no Congresso mais do que meia dúzia de defensores. Licença-maternidade, 13º salário, gratificação de férias e Fundo de Garantia – entre tantos outros – são direitos pelos quais é possível erguer barricadas em todo o país.

HISTÓRICO DO ATAQUE

Não é de hoje que se trava essa guerra fria em torno da “reforma” trabalhista. Logo depois que a Constituição de 88 foi editada, os principais executivos das multinacionais instaladas no Brasil criaram um grupo permanente para organizar o lobby que atuaria na fracassada “revisão constitucional” de 1993. Em 1994, o núcleo mercantilista do governo – a equipe econômica – foi buscar Paulo de Tarso Almeida Paiva, que comandava,

com o atual ministro da Previdência, Roberto Brandt, as finanças do Estado de Minas Gerais, para ocupar o Ministério do Trabalho. Amigo de Gustavo Franco, Mendonça de Barros, Edmar Bacha e Pedro Malan, Paiva assumiu coberto de elogios por FHC. “Escolhi alguém capaz de promover uma reviravolta nas antiquadas relações de trabalho no país”, disse o presidente então recém-eleito, fazendo uma menção especial a Paiva, quando anunciou os nomes de seus futuros ministros.

Ao tentar tocar na caixa de abelhas, que é o artigo 7º da Constituição – o dos direitos sociais –, no entanto, a reação foi estrondosa. No dia 1º de maio de 1995, o ministro do Trabalho ungido pela equipe econômica, em discurso pronunciado na sede da Força Sindical, disse que esses direitos deveriam sair da Constituição e se tornarem “disponíveis para negociação”. Pronto. A defesa do artigo 7º da Carta Máxima estava na boca de meio mundo. Até o então presidente da Força, Medeiros, reagiu: “O ministro foi, no mínimo, inoportuno”. Para acudir o inábil Paiva, o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, anunciou que “o governo jamais

cogitara de retirar da Constituição os sagrados direitos dos trabalhadores”.

Diante desse revés, o ministro mudou de tática e tentou levar alguns dirigentes sindicais para o caminho de Damasco. Depois de uma conversa com Paiva, o então presidente da CUT, Vicentinho, declarou: “Por mais polêmicas que sejam suas idéias, a maneira simpática como ele as coloca cria as condições para uma conversa”. O ministro de fala mansa e costas quentes não resistiu às pressões: caiu e o Ministério do Trabalho entrou para o mercado de trocas de favores ocupado pelos apoiadores do governo. Desde então, apesar da “reforma” trabalhista ter saído das primeiras linhas da agenda do governo, ocorreram mudanças importantes na legislação (veja quadro).

Para os intentos mercantilistas, a extinção dos direitos sociais e trabalhistas precisa estar no centro da arena política. Essa legislação arquitetada por anos de luta é incompatível com o modelo “global” de produção, que quer instrumentos para arrochar a folha de pagamento, apertar a carteira de benefícios e fazer as pessoas trabalharem pela comida ou pouco mais. A valorização do trabalho, erigida à condição de prioridade no vigoroso documento assinado por destacadas personalidades, portanto, passa pela luta contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Uma coisa está diretamente ligada à outra.

Atrás das cortinas

Sem cortar artigos constitucionais, o governo mexeu na legislação trabalhista por meio dessas medidas:

- Medida Provisória 1.726. Permite a suspensão do contrato de trabalho.
- Medida Provisória 1709/98. Permite jornada parcial.
- Lei 9.601/98. Criou o contrato temporário de trabalho.
- Lei 9.958/00. Criou as Comissões de Conciliação Prévia.
- Lei 9.957/00. Criou o rito sumaríssimo.

Oswaldo Bertolino é membro do conselho de redação da *Debate Sindical* e assessor do vereador Alcides Amazonas (PCdoB/SP, Capital).

Correio Eletrônico: jornalpontoaponto@ig.com.br

“Queremos uma CPI da Petrobras”



Maurício França Rubens, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), é funcionário da Petrobras há 25 anos, sempre na Refinaria de Duque de Caxias (RJ), e milita no movimento sindical desde 1988. Nesta entrevista à revista *Debate Sindical*, ele fala dos acidentes nas plataformas P-36 e P-07, da atuação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da crise na Petrobras

Debate Sindical: O principal motivo que levou a plataforma P-36 a pique é a terceirização?

Maurício: Nos últimos três anos, temos um histórico de dois trabalhadores vítimas de acidentes fatais a cada mês no setor de petróleo. De cada dez mortes, oito são de trabalhadores terceirizados. Acontece que no acidente da P-36 morreram 11 petroleiros contratados diretamente pela Petrobras. Não queremos, de imediato, ligar o acidente à terceirização. Mas também não estamos descartando que essa seja uma das causas, porque havia um excesso de habitantes na plataforma, basicamente de trabalhadores terceirizados. Isso nos leva a avaliar que havia obras na plataforma. E a obra pode ser uma das causas do acidente. Isso a gente está apurando.

Como é essa apuração?

Maurício: Conseguimos, na Justiça, uma liminar garantindo que um assessor técnico do sindicato pudesse participar da comissão da Petrobras. Isso possibilitou uma negociação e a gente substituiu esse técnico por um diretor do sindicato. Antes da liminar, a empresa concordou em indicar um cipista eleito pelos trabalhadores. Há também uma comissão externa da Câmara dos Deputados. Soubemos agora que a comissão de infra-estrutura do

Senado também aprovou uma comissão externa. Há, ainda, no Rio, uma comissão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e uma CPI na Assembléia Legislativa. Mas sabemos que a principal é a comissão da Petrobras, que pode ser objeto de responsabilização.

Os problemas de projeto da P-36 também podem ser uma das causas do acidente?

Maurício: Esse é um dos principais cenários que trabalhamos como causa. Essa plataforma foi construída na Itália para ser de perfuração, não de produção. Para as plataformas de perfuração, os projetos aceitam tanques nas colunas (vasos de separação de óleo). Isso não está comprovado ainda porque a plataforma afundou. Mas os trabalhadores relatam que existiam tanques de separação na coluna que explodiu. A gente está checando com a firma italiana.

Além do prejuízo com a plataforma, há a interrupção da produção.

Maurício: A P-36 produzia 80 mil barris por dia. A previsão era de chegar, em 2003, a 180 mil. A plataforma ainda estava sendo conectada a alguns poços. Mas 80 mil barris são cerca de 6% a 8% da produção nacional. E não é só o volume que conta. Esse petróleo do campo de Roncador é de boa qualidade, um petróleo leve que

“A gente percebe que estão desmontando a Petrobras pelas beiradas”



produz derivados nobres, dá maior volume de gasolina, diesel e GLP. Há, portanto, também a questão de que ninguém teve coragem de mandar parar a produção ao detectar problemas na plataforma. Esse é outro cenário que está sendo considerado.

E o acidente na P-07?

Maurício: Ali foi um acidente grave. Todos os habitantes da plataforma poderiam ter morrido. Houve uma produção desordenada de gás de petróleo, que a gente chama de “blow-out”. Com uma ignição, a plataforma poderia ter explodido. Aí sim a gente pode dizer que é um problema da terceirização, porque quem faz o trabalho de controle do poço é uma firma terceirizada.

Pode-se falar em sabotagem para levar a Petrobras à lona?

Maurício: A gente não trabalha com a hipótese de crime. O que pode ter é uma sabotagem indireta. Aliás, essa é uma

discussão que a gente já fazia em 1997, quando da aprovação da lei nº 9748. A modelagem criada por essa lei permitiu que a Petrobras fundasse uma empresa subsidiária, a Transpetro, que ficou responsável pelos dutos e terminais marítimos e terrestres. Ela também abriu a possibilidade para que a Petrobras se associasse, majoritariamente ou minoritariamente, na criação de subsidiárias ou empresas coligadas. O que a gente percebe é que estão desmontando a Petrobras. Isso ficou confirmado quando eles tentaram mudar o nome para PetroBrax. Criaram uma modelagem que a gente chama de desmontar a empresa pelas beiradas.

A decantada “caixa-preta” da Petrobras inclui a pesquisa das bacias brasileiras e está sendo aberta ao setor privado. Não é possível barrar esse processo?

Maurício: A lei nº 9748, no aspecto deles, foi muito bem feita. O desmonte não tem uma

Nos últimos três anos, a cada mês ocorrem duas mortes no setor; de cada dez mortos, oito são de trabalhadores terceirizados

visibilidade. Por exemplo, no Rio Grande do Sul há a tentativa de privatização da Refap. Estão querendo vender as fábricas de fertilizantes de Sergipe e Bahia. Mas no conjunto do país é difícil uma grande mobilização. A “caixa-preta” é uma imagem criada porque a Petrobras foi muito utilizada como instrumento de política econômica. Hoje, como a empresa precisa colocar ações no mercado, ela é obrigada a dizer aos acionistas o que tem.

Cabe uma CPI da Petrobras?

Maurício: Nós propusemos uma CPI para apurar, primeiro, as causas dos acidentes que têm ocorrido. Não podemos mais achar que é normal ocorrer duas mortes por mês. E também para a sociedade saber que estão privatizando a Refap, que tem uma proposta de privatização da Reduc, que estão querendo vender as fábricas de fertilizantes. Isso no fundo é uma privatização, só que aos pedaços. Mas eu acho que o ponto principal é que não podemos mais conviver com esses acidentes. Então vamos descobrir as causas e corrigi-las. Acho que a CPI é importante para isso.

*Entrevista concedida a Osvaldo Bertolino, membro do conselho de redação da **Debate Sindical***

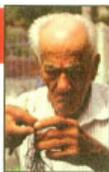
CLÁUDIO GONZALEZ

O que acontece com o trabalhador quando ele se aposenta? Se essa pergunta for feita na Inglaterra, na China ou no Japão, a resposta provavelmente trará palavras como descanso, lazer, respeito, proteção, segurança. ... Mas se for feita no Brasil, a história muda completamente de figura. A situação dos aposentados brasileiros reflete o quadro de disparidades e injustiças que tornaram o país campeão mundial em desigualdade na distribuição de renda. Para piorar, o governo mudou as regras previdenciárias, tornando-as ainda mais injustas e difíceis. Basta ir a qualquer fila do INSS para ouvir dos aposentados histórias de abandono, desrespeito, humilhações e amargura.

Fotos desta matéria: Jesus Carrilho/Imagemlatina. Pescador aposentado, Angra dos Reis (RJ)

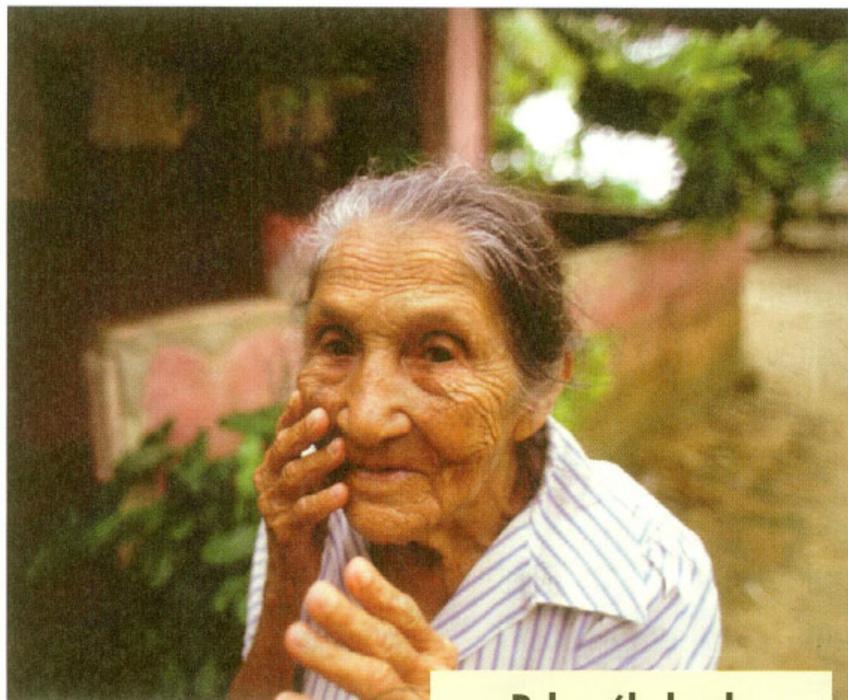


Aposentadoria: o triste destino do brasileiro



Muitos idosos, principalmente os “sem previdência”, vegetam no trabalho informal, desempenhando tarefas degradantes

O aposentado sofre na carne a enorme desigualdade do país; enquanto uma minoria goza de altos rendimentos, a maioria recebe um pecúlio ínfimo, insuficiente para suprir as suas necessidades vitais



Pelos cálculos da Unacom, era para sobrar dinheiro nos cofres da Previdência. “Onde ele foi parar?”, indaga o auditor e dirigente do órgão

Segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, o Brasil possui hoje quase 20 milhões de aposentados e pensionistas. É um número relativamente alto se considerado que apenas 8% da população (cerca de 14 milhões de brasileiros) está na faixa etária acima dos 60 anos. Por outro lado, é um contingente de segurados relativamente (em termos percentuais) menor que o de países como Inglaterra, Japão, Uruguai, França e Canadá, onde a expectativa de vida é maior e o acesso à previdência é mais democrático.

A enorme diversidade de situações que envolvem a vida dos aposentados no Brasil torna impossível qualquer padronização. Há, no entanto, um senso comum que nos permite afirmar que as diferenças entre os

aposentados que ganham muito e os que ganham quase nada são tão gritantes que fazem com que a “categoria” dos aposentados seja considerada o supra-sumo da desigualdade social brasileira. Há desde situações como a dos trabalhadores agrícolas do oeste paulista, que tiveram que brigar com o INSS na justiça para poder receber um salário mínimo por mês de aposentadoria, até o caso do senador José Sarney (PMDB-AP) – cuja primeira aposentadoria veio aos 46 anos –, que é uma espécie de ícone do aposentado bem sucedido: recebe cerca de R\$ 25 mil, graças aos cargos eletivos que exerceu.

Além disso, se, em outros países, a regra é parar de trabalhar depois de aposentado – seja por invalidez ou por tempo de contribuição combinado com idade –, no Brasil é difícil encontrar um aposentado que não

tenha continuado trabalhando, não por vontade, mas por necessidade. Isso sem contar os milhares de trabalhadores que chegam à terceira idade sem condições de requerer aposentadoria pelo fato de terem trabalhado a maior parte da vida na informalidade e/ou sem recolher a contribuição devida.

O agravante dessa situação é que as chances da pessoa melhorar de vida após chegar à terceira idade são quase nulas. Afinal de contas, com a força produtiva dos

idosos absolutamente depreciada e a expectativa de vida no país beirando os 68 anos, não há muita esperança para os que só conseguem se aposentar aos 65.

OS "HOMENS-PLACAS"

É mesmo os que conseguem se aposentar antes dos 60 geralmente são obrigados a continuar trabalhando para complementar a renda, uma vez que são raros os casos de trabalhadores que conquistam aposentadoria integral, com remuneração semelhante à obtida quando estavam na ativa e suficiente para arcar com suas despesas. Deve-se ainda levar em conta que as indecentes e crescentes taxas de desemprego no Brasil estão fazendo com que cada vez mais crianças, jovens e adultos dependam da aposentadoria de seus entes idosos, que, muitas vezes, constituem a única fonte de renda familiar.

Sem oportunidades no mercado de trabalho, boa parte dos idosos, principalmente os "sem previdência", é empurrada para o mercado de trabalho informal, onde desempenha tarefas absolutamente degradantes e insalubres. Exemplo clássico disso são os chamados "homens-placas", que podem ser encontrados em praticamente todas as capitais do país. Em São Paulo, centenas de idosos se prestam a esse serviço, circulando pelas ruas do centro "vestindo" placas com anúncios variados.

Conversamos com um deles: Aos 71 anos, Carlos (que não quis dar o sobrenome) disse que recebe 100 reais por mês para ficar se expondo seis horas por dia, três vezes por semana. "É cansativo, a gente passa mal de vez em

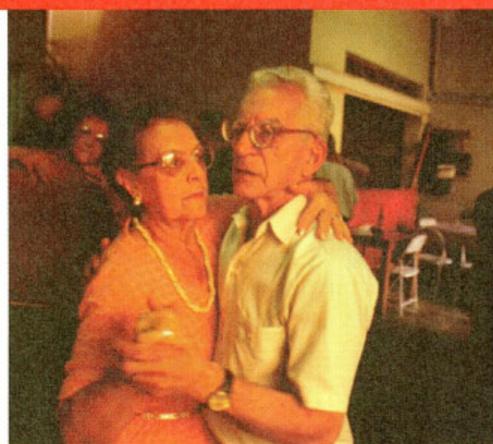
quando e fica com vergonha quando encontra algum conhecido. Mas foi a única forma que arranjei para poder arrumar um dinheiro, comprar uma cesta básica e pagar as contas e os remédios, pois a mixaria que recebo do Inamps (sic) não dá pra nada", declarou constrangido o pobre senhor.

A morosidade da justiça na solução dos problemas envolvendo questões previdenciárias é outro escândalo, que torna ainda pior a vida dos aposentados e pensionistas brasileiros. Um caso exemplar (no mau sentido) foi relatado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em novembro de 99. Segundo a reportagem, 3 mil lavradores aposentados e pensionistas da região sudoeste de São Paulo entraram na justiça para conquistar o direito ao benefício previsto na Constituição de 1988, equivalente a um salário mínimo. Entre os anos de 88/91, eles só receberam meio salário e exigiram a diferença. Enfrentaram tantas manobras jurídicas do INSS para protelar o pagamento, que 1.200 dos 3.000 lavradores morreram enquanto esperavam o benefício ser pago.

FALSO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

O governo federal não cansa de bater na tecla de que o sistema

Carlos, "homem-placa", 71 anos, diz: "É cansativo e a gente passa mal; mas foi a única forma que arranjei para comprar remédios"



A TERCEIRA IDADE

Conceituar velhice não é tarefa fácil. Há uma informação geral do que é envelhecer, mas não se conhece o suficiente para que exista uma ciência da velhice. A idade de 65 anos tem sido freqüentemente a mais usada para definir o começo do envelhecimento em estudos demográficos e gerontológicos na maioria dos países. No entanto, quando a ONU organizou uma Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, ficou estabelecido que, para as nações desenvolvidas, a velhice começaria a partir dos 65 anos; e, para os outros países, de 60 anos em diante, devido às dificuldades sócio-econômicas vividas pelos mesmos.

Atualmente vem sendo usada a expressão "terceira idade" para designar as pessoas que já são consideradas velhas. A expressão tem o intuito de atribuir à velhice uma nova concepção. Ela apareceu a partir da década de 60, quando se buscava uma identidade positiva para os idosos com o objetivo de tirá-los do isolamento, caracterizando, por exemplo, a aposentadoria como um tempo livre para o lazer.



Nas capitais brasileiras, milhares de aposentados circulam pelas ruas "vestindo" placas com anúncios publicitários

previdenciário brasileiro é um dos grandes vilões da economia e o responsável pela situação de abandono em que vive a maioria dos idosos no Brasil. Também usa o argumento do déficit como desculpa freqüente para bombardear as propostas de aumentos do salário mínimo, que é a base de referência da maioria (60%) dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas. Segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, o déficit da previdência do mês de março de 2001 foi de R\$ 800,6 milhões, resultado de uma arrecadação de R\$ 4,65 bilhões frente a um gasto com benefícios da ordem de R\$ 5,45 bilhões.

Para o atual ministro da Previdência, Roberto Brant, uma das saídas para se combater este déficit é a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos da União, Estados e Municípios. O ministro não se faz de rogado ao afirmar que esta é uma ordem expressa do presidente da República. Juristas, estudiosos, parlamentares progressistas e, principalmente, os sindicalistas de todas as tendências são radicalmente contra essa medida, assim como se opuseram a praticamente todas as propostas defendidas pelo governo na malfadada "reforma da Previdência". E não lhes faltam argumentos para adotar tal posição.

Na opinião da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), é necessário "relacionar o remédio com o diagnóstico". Para ela, a análise da realidade nos coloca diante de uma fantasia montada pelos governantes, a partir da distorção de conceitos

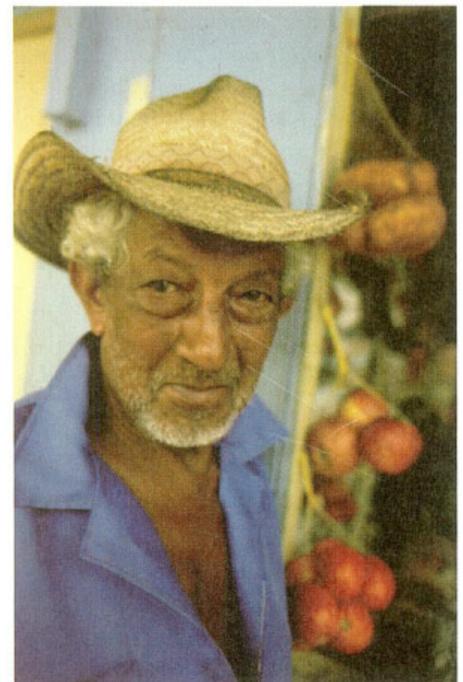
constitucionais, do uso enganoso dos números e projeções atuariais sem qualquer fundamentação. "É preciso lembrar que a Previdência faz parte de um sistema de proteção social que tem múltiplas fontes de financiamento e não apenas a folha de salários, como informa o governo. O Cofins, a contribuição de cada trabalhador, do empregador e contribuições sociais incidentes sobre o lucro e faturamento das empresas, a CPMF e os recursos de loterias também compõem o caixa da Seguridade".

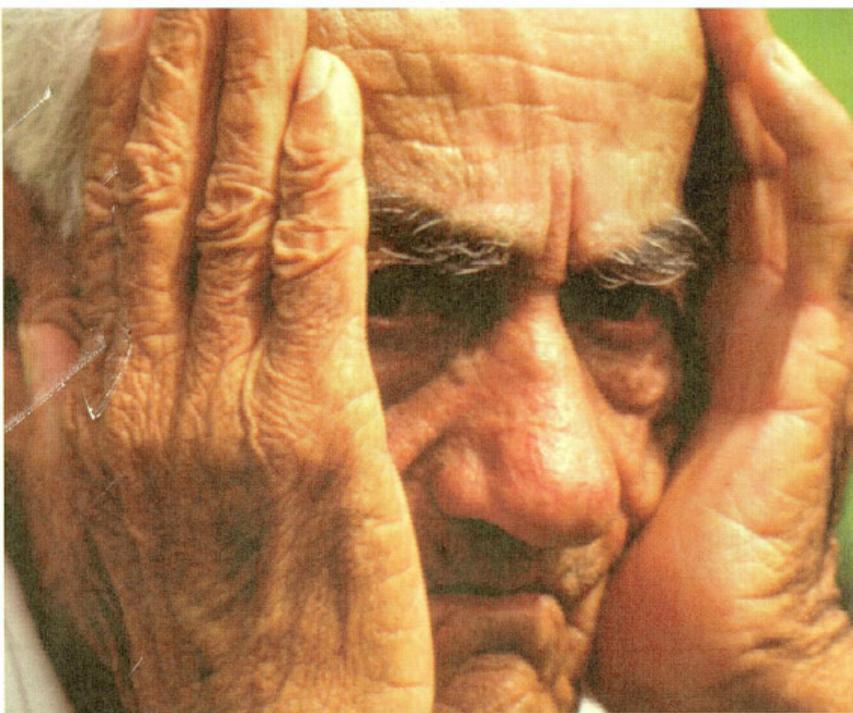
O presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacom), José Alves de Sena, confirma a informação. Segundo cálculos da entidade, deveria haver dinheiro sobrando nos caixas públicos. "A arrecadação anual do Cofins (R\$ 35 bilhões), CPMF (R\$ 15 bilhões) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Empresas (R\$ 7,7 bilhões) destina-se, pela Constituição, à Previdência Social. Sei que a Previdência também implica em saúde, mas o ministro José Serra, só recebeu esse ano R\$ 19 bilhões. Então,

para onde foi o resto desse dinheiro?", indaga o auditor.

Na verdade, o engasgo histórico da Previdência é de desvios e sonegação, hoje agravado pelo desemprego, relações informais de trabalho e falência do setor produtivo, reduzindo, assim, a futura arrecadação. Os desvios são realizados sutilmente pelo FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), que desvincula 20% de todos os orçamentos e retirará, por proposta do governo, R\$ 26,2 bilhões da Seguridade com o claro objetivo de compor o superávit primário acordado com o FMI. Além disso, só as fraudes por mau-gerenciamento dos benefícios dão um prejuízo de US\$ 5 bilhões por ano. Sem considerar os mais de R\$ 45 bilhões que, ao longo dos últimos 30 anos, foram desviados do caixa da Previdência e destinados a obras faraônicas.

Devido à lentidão da Justiça, muitos aposentados morrem sem receber seus direitos. Um caso deprimente é o de 1.200 lavradores do oeste paulista





NÚMERO DE IDOSOS

No Brasil, nas últimas décadas, o ritmo de crescimento de pessoas com mais de 60 anos tem sido intenso. Segundo o IBGE, um brasileiro nascido em 1999 tem a expectativa de 68,4 anos de vida. Em 1950, era de 43,3 anos. Ainda segundo o Instituto, a proporção de idosos, com 60 anos ou mais, aumentou de uma em 14 pessoas, para aproximadamente uma em cada quatro. Só nos últimos vinte anos, a quantidade de idosos cresceu 70%. Isso significa um acréscimo de seis milhões de idosos.

Por isso, apesar do envelhecimento populacional ser recente, o país já possui uma das maiores populações de idosos do mundo, superior às da França, Itália e Grã-Bretanha. Projeções feitas pelo IBGE mostram que a participação do grupo acima de 60 anos deve atingir 12% da população em 2020 (25 milhões de pessoas).

Entre os tópicos das pesquisas do IBGE, atribui-se ao fato das pessoas viverem mais tempo à melhoria na qualidade de vida. Mas o próprio órgão esclarece que a economia nacional e o governo federal têm pouca participação nisso. A maioria dos programas e ações de assistência e amparo aos idosos é proveniente de iniciativas da própria sociedade e de programas mantidos por governos municipais e estaduais. Além disso, recentes conquistas, como a preferência no atendimento em bancos e órgãos públicos, a gratuidade em serviços como transporte coletivo e a isenção de impostos – quase todas iniciativas de alcance municipal e estadual –, vêm contribuindo para diminuir as agruras enfrentadas pelos mais velhos.

Segundo a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), apenas na década de 80, o governo deixou de repassar mais de R\$ 10 bilhões à Previdência, descumprindo a legislação em vigor. Não existe, portanto, déficit da seguridade social, mas na verdade uma apropriação do orçamento e das receitas da Seguridade para financiar despesas que deveriam ser custeadas pelo Tesouro com fontes fiscais. Nem mesmo o aumento e a manutenção da CPMF foi suficiente para assegurar que a sociedade fosse atendida, creditando-se o “caos” na saúde, na assistência e na previdência a falsos motivos, os quais levam, na lógica de FHC, a uma única solução: a redução dos benefícios previdenciários e assistenciais.

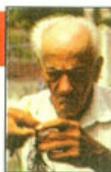
A área mais prejudicada é a da saúde, junto com os setores de Previdência e Assistência Social, que ficam sem recursos para seus programas e muito menos seus serviços e benefícios. Para Jandira Feghali, “nenhum orçamento pode permanecer superavitário com um inaceitável confisco institucionalizado, que transfere recursos diretamente do bolso do

aposentado e dos hospitais para o capital financeiro. Todos os países que adotaram esse modelo, privatizaram a Previdência e excluíram enormes contingentes de trabalhadores. No Brasil, o governo sonha com este futuro, onde a aposentadoria se transformará em capital de risco”.

PREVIDÊNCIA E EXCLUSÃO

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações do poder público e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Neste contexto, a Previdência é parte importante da moderna política de Seguridade Social e tem por objetivo proteger seus filiados contra riscos de doenças, invalidez, velhice e morte, mediante contribuições diretas, assegurando-lhes a concessão de benefícios que compensem a redução ou perda da capacidade produtiva daqueles cuja renda depende do trabalho.

Sendo assim, a exclusão do sistema previdenciário é um dos mais graves problemas



O próprio governo reconhece que dos 65 milhões de trabalhadores do setor privado, 60% não são cobertos pela Previdência

enfrentados por boa parte dos idosos brasileiros. E a grande responsável por essa situação é a informalidade no mercado de trabalho. O próprio governo reconhece que dos 65,395 milhões de trabalhadores ocupados do setor privado, 60% (48 milhões) não estão cobertos pela Previdência e, portanto, não têm direito ao auxílio-doença e aos benefícios decorrentes de acidentes do trabalho. Já no tocante a aposentadoria, mesmo que ele venha a ser registrado em futuros empregos, perderá estes direitos, para efeito de contagem do tempo de contribuição, o período de informalidade. Isso

quer dizer que esse trabalhador, ainda mais agora que estão sendo aprovadas reduções drásticas nos direitos previdenciários, terá poucas chances de aposentar-se, a não ser por velhice e com o ínfimo benefício de natureza assistencial, não contributivo.

Para estudiosos do assunto, o governo FHC, com a “reforma da Previdência”, assumiu pelo menos duas posturas condenáveis: a de mudar as regras no decorrer do jogo e a de reduzir a responsabilidade do Estado no provimento dos benefícios. Outro agravante é o fato de que, a longo prazo, a opção pelo prolongamento do tempo de contribuição para a aposentadoria vai agravar o desemprego, ao impedir a

renovação da força de trabalho.

Essas ações indicam que o governo sempre visa resolver o quadro de dificuldades, criado na maior parte das vezes pela própria administração, por meio da redução do universo de beneficiários, por meio da exclusão ou restrição ao exercício de direitos. Reduzir o número de beneficiários e tornar mais difícil ao cidadão obter sua aposentadoria é a praxe dos que deliberadamente ignoram o papel social da Previdência.

A reforma previdenciária não contribuiu para o equilíbrio das contas e para a superação da crise crônica da Previdência. Ela não atacou nenhuma das causas dos problemas: as fraudes e irregularidades constantes em procedimentos primários, como o repasse da contribuição previdenciária de milhares de empresas que a sonogam sem nenhum temor de punição. A única utilidade da reforma foi “asfaltar” o caminho por onde os grandes grupos econômicos, especialmente bancos e seguradoras, seguirão para explorar comercialmente o inesgotável filão e fonte de lucro que são os serviços previdenciários.

Tudo isso com o sacrifício de quem trabalha e vive de salário. A custo da quebra de conquistas e direitos de trabalhadores ativos e aposentados, que foram eleitos o alvo preferencial das armações do governo FHC. É preciso resistir às políticas nefastas e aos seus mentores, em todos os campos que a democracia permitir.

BODE EXPIATÓRIO

Desde o início de seu governo, FHC já retirou 47 direitos dos servidores públicos (adicional por tempo de serviço, licença-prêmio, data-base, etc.). Não satisfeito, agora ele investe contra os direitos previdenciários do funcionalismo, como se eles fossem “privilegiados”.

Na opinião da deputada Jandira Feghali, os servidores não são responsáveis pelos benefícios pagos no valor vergonhoso de R\$ 180. Legalmente, eles contribuíram para pensionamento e, após a lei do Regime Jurídico Único, passaram a contribuir sobre o salário integral para a aposentadoria. As aposentadorias milionárias são exceções e poderiam ser podadas se os governantes utilizassem o já existente teto constitucional. “O grande devedor é a União, que não paga a sua parte como

qualquer empregador. O desmonte do Estado brasileiro tem a marca da perversidade social e o único privilegiado tem sido o capital financeiro”, afirma.

Para Josepha Britto, secretária-executiva da Frente Parlamentar de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública, o governo não pode acusar os servidores pelos desníveis das contas públicas. Na iniciativa privada, o empregado contribui com aproximadamente de 8% e 9%, e, além disso, os patrões contribuem com mais 20%. Já no setor público, o Estado não entra com nada. “O governo nunca colocou dinheiro no caixa da Previdência e depois vem reclamar de rombos nos cofres do Tesouro. Se há déficit é porque ocorre uma má administração do que se arrecada”, contesta Josepha.

Cláudio Gonzalez é jornalista.
Colaborou Alexandra Araújo

Assistência Alternativa CORRETORA

A Assistência Alternativa é uma empresa prestadora de serviços nas áreas de corretagem, consultoria e administração de apólices de seguros **coletivos** de automóveis, residência, vida, planos de saúde, previdência privada e odontologia.

Oferecemos serviços com alto padrão de qualidade e contamos com uma equipe de colaboradores altamente integrada e especializada na área de **benefícios**. Operamos em todo o território nacional com as melhores empresas de Planos de Saúde, odontologia e **seguradoras** em geral.

O melhor em **benefícios coletivos** está na Assistência Alternativa Corretora de Seguros, que pode prestar excelentes e indispensáveis serviços ao seu sindicato e às empresas da base. Consulte-nos.

Fones: **0800-192477 / (0xx11) 41222477**

O TRABALHO NO SÉCULO XXI

CONSIDERAÇÕES PARA O FUTURO DO TRABALHO

ÁLVARO GOMES
Organizador

Allanir Borges
Carlos Valadares
Everaldo Augusto
Graça Druck
Lutz Figueiras
Marcelo Poolmann
Mary Castro
Náide Fonseca
Nilton Vasconcelos
Petilda Vazquez
Raquel Rigotto
Renildo Souza
Ricardo Antunes



UMA LEITURA OBRIGATÓRIA!

Um convite à reflexão inevitável: o que nos reserva o futuro no trabalho?

Uma co-edição do Sindicato dos Bancários da Bahia e da Editora Anita Garibaldi.

Compre hoje mesmo. Faça o seu pedido pelo telefone (11) 289-1331 ou por correio eletrônico:

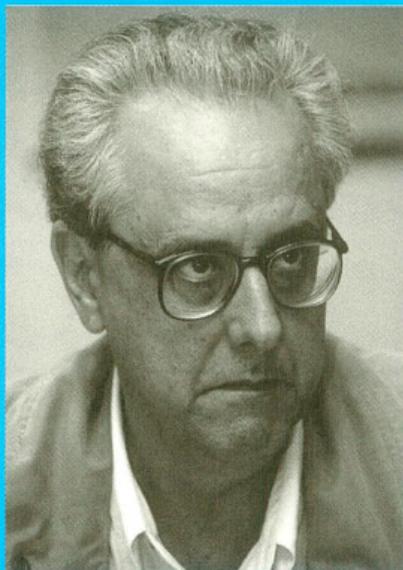
livraria@anitagaribaldi.com.br

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

Instituição e movimento sindical: as contradições

Durante os últimos duzentos anos de sua existência sempre houve e continua existindo no sindicalismo dos trabalhadores a contradição entre dois de seus aspectos essenciais, o movimento e a institucionalização. Em seu clássico *Diritto Sindacale* (1964), Luisa Riva Sanseverino assinala que o duplo movimento entre a “organização operária pela reivindicação da liberdade sindical e a intervenção legislativa no campo do trabalho” caracteriza o período que vai até a Primeira Guerra Mundial. Este movimento persiste até hoje.

Pode-se até mesmo falar em dois modelos abstratos de evolução sindical: o inglês, em que o movimento precede a institucionalização, e o alemão, bismarquiano, em que o institucional enquadra o movimento. Os últimos vinte e poucos anos da experiência sindical brasileira confirmam esta tensão permanente. Dos fins dos anos setenta aos fins dos anos oitenta predominou o movimento; de então para cá (período que abarca três mandatos presidências de dois fernandos) predominaram os aspectos institucionais. Como marco divisório entre as duas metades situa-se a Constituição de 1988, o maior marco institucional.



O sindicalismo “corre o risco de se esvaziar se não se reforçar como movimento”

PESO DO INSTITUCIONAL SOBRE O MOVIMENTO

Para maior clareza digo que se configuram como aspectos institucionais a própria Constituição, a legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho, o Ministério do Trabalho, os conselhos da República, as centrais sindicais, as entidades da estrutura sindical constitucional, as entidades intersindicais, de conciliação, de formação e prestadoras de serviços, as entidades infra-sindicais, os acordos e contratos coletivos, a imprensa sindical, entre outros.

O movimento sindical configura-se por meio das eleições sindicais, congressos, seminários, cursos, assembléias, campanhas salariais e de sindicalizações, greves, boicotes, ocupações – tudo o que, em

suma, se chama de mobilizações. Os partidos políticos e as plataformas sindicais ocupam posições intermediárias nesta dialética.

Nos últimos anos têm sido visível o peso do institucional sobre o movimento. Em alguns casos, esta institucionalização degenera-se abertamente em burocratismo ou outras fortes violações da democracia sindical. Em outros casos, o movimento aparente é mera forma vazia de conteúdo ou de conteúdo avesso aos interesses dos trabalhadores.

RISCO DO ESVAZIAMENTO DA FORMA SINDICATO

Os próprios êxitos das lutas em defesa da unicidade e da representatividade sindicais têm engendrado, por sua relativa disfunção com os movimentos, práticas corporativas, de *marketing* e até de banditismo sindical (sem configurar, felizmente, um sistema).

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos também se preocupa com este fenômeno. Diz ele: “O sindicalismo já foi mais movimento que instituição. Hoje é mais instituição que movimento. Corre o risco de se esvaziar se não se reforçar como movimento” (Reinventar a Democracia, 1998).

No Brasil, nos próximos anos e qualquer que seja o resultado do embate político-eleitoral de 2002, o futuro do sindicalismo depende da correta solução dos problemas já colocados pelo desbalanceamento entre “instituição” e “movimento”.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical em diversas entidades de São Paulo

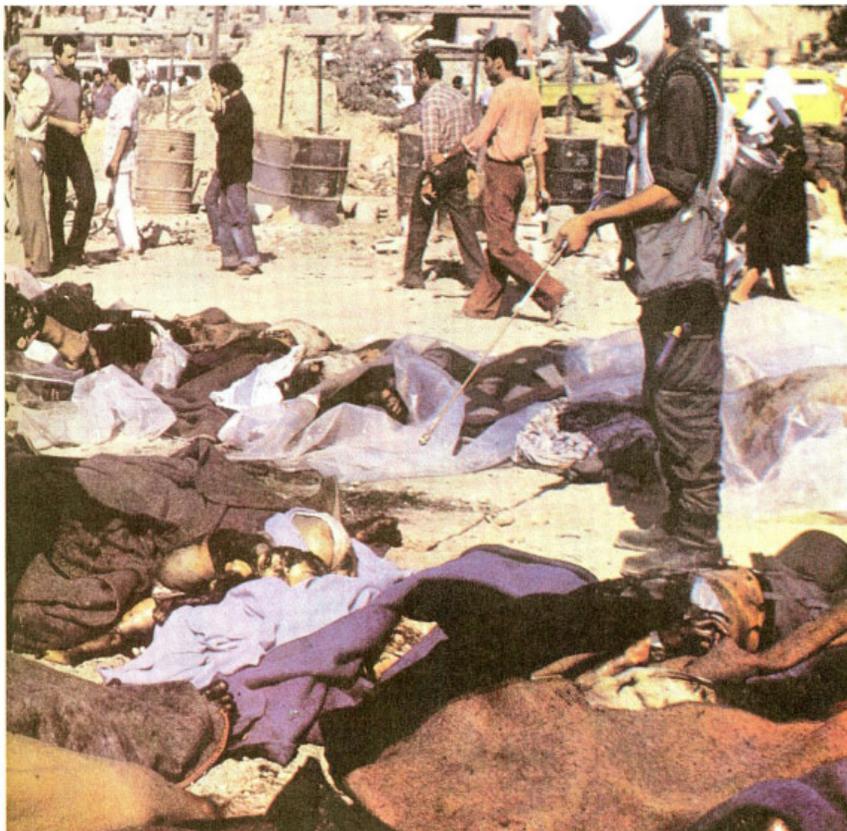
Um holocausto esconde outro

É irônico que boa parte dos que denunciam o holocausto imposto aos judeus na Europa hitleriana, não digam uma palavra sobre o martírio imposto aos palestinos por Israel

JOÃO QUARTIM DE MORAES

A História arrola atroz e odiosos holocaustos. Os dois piores da era moderna foram o dos negros africanos e o dos índios do Novo Mundo. O mais atual é o do povo palestino. É irônico, mas não surpreendente, que boa parte dos que denunciam incansavelmente o holocausto imposto aos judeus na Europa hitleriana, não digam uma palavra sobre o martírio imposto aos palestinos por Israel. Preferem a cumplicidade com um Estado terrorista, que tortura sistematicamente militantes palestinos e tem sido governado, a maior parte do tempo, por catedráticos do terror, como Begin, Shamir e Sharon.

Os dois primeiros começaram a carreira nos esquadrões da morte Stern e Yrgun, ambos especializados nas formas mais sórdidas e covardes de ação



Ryuchi Hirokawa/Beirute, 1982

■ Milhares de palestinos dos campos de Sabra e Chatila foram assassinados pelo exército de Israel, durante a invasão de Beirute em 1982

terrorista. Em abril de 1948, chacinaram a aldeia árabe de Deir Yassin, numa orgia de bestialidade que sequer poupou mulheres grávidas, cujo ventre foi aberto a facadas. Não foi este o primeiro massacre executado pelos sionistas. Outras aldeias árabes (Beld Shaikh, Sasa, Karf etc.) já haviam sido varridas do mapa entre dezembro de 1947 e março de 1948, algumas pelo próprio Haganah, o exército oficial sionista. Em setembro do mesmo ano (não por acaso o da criação do Estado israelense) o conde sueco Folke Bernadotte, enviado da ONU à Palestina, foi assassinado em Jerusalém pelos celerados do Stern.

Esses métodos genocidas mostraram-se eficientes: apavorada, a população árabe da Palestina tomou o caminho do exílio, abandonando casas e campos aos colonos judeus.

Em troca de graves concessões, a OLP obteve a promessa de formação do Estado nacional nos territórios ocupados; na prática, recebeu bolsões de miséria

Desde a sua origem, Israel é um fato colonial, baseado no “repovoamento” de um

Desde a origem, pois, Israel é um fato colonial, baseado no “repovoamento” de um território previamente esvaziado de seus habitantes. Dizer que os sionistas compraram as terras dos árabes é proferir mentira não menos acintosa do que dizer que os europeus compraram as terras dos índios. Os árabes remanescentes, confinados em bolsões de miséria, foram reduzidos à condição de mão-de-obra superexplorada pelos novos donos do país.

HISTÓRIA DE TERROR

Durante as décadas seguintes, o Estado sionista, apoiado pelas “democracias” ocidentais, manteve-se em permanente estado de agressão bélica contra os Estados árabes vizinhos. Em 1956, atacou o Egito, de parceria com uma expedição colonial anglo-francesa. Em 1967, sempre com apoio imperial, os sionistas ocuparam, na “guerra de seis dias”, todos os territórios palestinos, a península do Sinai e as alturas do Golan, na Síria. Em 1973, colheram sua primeira derrota em campo de batalha aberto, na frente egípcia. Foram salvos pela intervenção da máquina bélica estadunidense.

Não há guerra limpa, mas há guerras mais sujas do que outras. Ao lado dos confrontos em campo aberto, Israel intensificou sua já ampla atividade terrorista, visando a (1) manter sob pânico permanente os territórios palestinos ocupados, (2) eliminar, através de assassinatos seletivos, os dirigentes da resistência, unificada, desde 1964, na Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e (3) multiplicar os ataques contra os países árabes



■ Yasser Arafat, líder histórico da luta palestina, sob forte pressão do “Ocidente”

que tinham acolhido os refugiados palestinos. Não tem outra origem a invasão do Líbano, desencadeada, em 1982, pela dupla Begin, então primeiro-ministro, e Shamir, seu ministro do Exterior. O comando das operações coube ao general Ariel Sharon, o qual, de parceria com as milícias cristãs do famigerado major Haddad, ilustrou-se pelo extermínio dos refugiados palestinos das aldeias de Sabra e de Chatila. No conjunto, a invasão e a ocupação foram responsáveis por mais de vinte mil mortos, entre palestinos e libaneses.

Entre 1987 e 1993, desencadeou-se a primeira “Intifada”, levante nacional que enfrentou sem armas o mais

aguerrido aparelho repressivo do planeta. Nesses seis anos, os atiradores profissionais de Israel mataram 1.258 palestinos. Entrementes, o colapso do bloco soviético, que vinha sustentado a causa palestina, ainda que sem muita firmeza, assegurou aos Estados Unidos, onde é pública e notória a fortíssima influência dos judeus (cerca de 20% do PIB israelense compõe-se de “doações” arrecadadas pelas organizações sionistas), posição arbitral exclusiva. Muitos governos árabes, a começar pelos dos “xeiques do petróleo” (senhores feudais entupidos de dólares), ainda que descontentes com o lento, mas implacável holocausto dos palestinos, dependem do imperialismo para manter seus privilégios.

Juntaram-se, pois, às fortíssimas pressões do “Ocidente” para constranger Yasser Arafat, chefe histórico da OLP, a participar do chamado processo de paz de Oslo, tutelado pelo governo estadunidense, do qual Israel é uma base militar, alimentada por fluxo constante de engenhos de destruição maciça de alta tecnologia, que lhe asseguram supremacia bélica literalmente esmagadora sobre os países vizinhos e à resistência palestina e lhe permitem dispor de armas nucleares e químicas e dos mais modernos engenhos de repressão de movimentos de massa. A proteção imperial é igualmente completa na esfera diplomática. Desde 1967, a Assembléia Geral da ONU vem adotando resoluções que ordenam a Israel evacuar os territórios palestinos ocupados, respeitar a integridade territorial do Líbano e o estatuto internacional de Jerusalém. Palavras ao vento. Israel

Nenhuma causa do combate antiimperialista é hoje tão justa e tão premente; a esquerda brasileira tem o dever de se associar a esta luta

território previamente esvaziado de seus habitantes

continuou a estabelecer, em território palestino, colonos judeus armados até os dentes e atirando para matar.

PAZ DOS CEMITÉRIOS

Não surpreende que, com os protetores do sionismo ditando as regras, tenha sido exigido de Arafat, além de desmobilizar seu povo em luta, deixar fora da agenda das “negociações” os quatro milhões de refugiados palestinos que tiveram suas casas e terras confiscadas pelos israelenses e vivem há mais de meio século num doloroso e paupérrimo exílio. Em troca de tão graves concessões, a OLP obteve a

O Estado terrorista judeu matou em seis meses, até fevereiro último, 444 palestinos, dos quais 138 crianças

Israel é uma base militar dos EUA, alimentado por fluxo constante de engenhos de destruição maciça de alta tecnologia

promessa de formação de um Estado nacional nos territórios ocupados. Na prática, recebeu alguns bolsões de mínimas dimensões, economicamente inviáveis e cercados de tropas israelenses de todos os lados. Esta farsa odiosa durou até setembro de 2000, quando eclodiu a segunda Intifada, após o desfile provocador do carniceiro Ariel Sharon, ladeado de cerca de mil esbirros, pelos lugares sagrados da nação palestina. Excetuados os ataques (alguns suicidas) movidos pelos guerrilheiros do Hamas, são sobretudo meninos heróicos, armados de pedras, que estão enfrentando os atiradores de elite do Estado terrorista judeu, que



matou em seis meses, até fevereiro último, 444 palestinos, dos quais 138 crianças. Dentre os mais de 13.100 feridos, durante o mesmo período, 1.500 foram mutilados e 5.000 são crianças com menos de 18 anos.

O programa de Sharon para a Palestina é a paz dos cemitérios. Mas um povo que vem enfrentando há tanto tempo os esquadrões da morte não renunciará ao direito sagrado de viver em liberdade na terra de seus antepassados, regada com o sangue de mártires incontáveis. A luta continua, em condições ainda mais difíceis, na medida em que Arafat sofreu grande desgaste com o fracasso de sua política de concessões unilaterais. Por enquanto, a matança continua, com protestos pró-forma dos “humanistas” da OTAN (cujo estafeta-mor, o espanhol Solana, foi recentemente levar seu sorriso cúmplice a Sharon). Até quando? A solidariedade internacional dos povos pode ajudar a deter o braço dos assassinos. Nenhuma causa do combate antiimperialista é hoje tão justa e tão premente. A esquerda brasileira tem o dever de se associar a esta luta.



Elizabeth Daniel/Associated Press

João Quartim de Moraes é professor do departamento de filosofia da Unicamp/SP, membro do conselho editorial da revista *Crítica Marxista* e organizador da coletânea “História do marxismo no Brasil” (Editora Unicamp)

Uma experiência nova no

A *Debate Sindical* ouviu, durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o secretário geral da CTA (Central dos Trabalhadores da Argentina), Victor Mendibil. Ele falou sobre a situação de retrocesso no país vizinho e sobre as experiências de organização da sua central.



Debate Sindical: Qual é a realidade dos trabalhadores argentinos hoje?

Victor Mendibil: É muito grave, consequência da aplicação de um modelo econômico baseado no terror. Esse modelo teve seu ponto mais alto com a ditadura militar, em 1976. Foram 30 mil desaparecidos, 500 mil exilados e mais de meio milhão de trabalhadores expulsos do trabalho por sua militância. Depois de muitas lutas, conquistamos um governo democrático que iniciou a primeira etapa de equilíbrio social. Mas isso não durou muito e apareceu a proposta “menemista” de paridade do peso com o dólar.

Hoje a economia argentina se baseia no endividamento e na crescente piora das condições de trabalho, com o aumento brutal do desemprego. O medo de

perder o emprego é um verdadeiro terror. Para cada um com emprego estável, existem cem dispostos a trabalhar pela metade do salário – em condições miseráveis, com jornada de 12 horas, perda de conquistas trabalhistas, redução de salários, horas-extras pagas em bônus.

Qual é o índice de desemprego na Argentina?

Victor Mendibil: Há 14 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e 75% da classe operária, cerca de 13 milhões de

integrantes, está desempregada ou trabalha como autônomo, de maneira informal, sem cobertura social, de saúde e previdência. Por isso, uma das propostas da CTA é o seguro-desemprego.

Para pressionar por essa medida, coletamos mais de 600 mil assinaturas. Realizamos uma marcha de 15 dias, de Rosário até Buenos Aires. Percorremos 20 quilômetros por dia, colhendo assinaturas em cada cidade. Reunimos mais de 25 mil pessoas na praça do Congresso, onde fizemos a entrega aos parlamentares e, depois, ao presidente.

Como se dá a luta do sindicalismo em seu país?

Victor Mendibil: Para este modelo se consolidar na Argentina, foi necessária a subordinação da maioria dos sindicatos tradicionais. Os

Dirigentes da CGT são empresários, donos de negócios que possibilitam a acumulação privada

sindicalismo da Argentina

As seccionais da CTA nos bairros reúnem desempregados e aposentados

sindicatos da CGT se transformaram em empresas; seus dirigentes são empresários, donos de empresas de sociedade anônima, como grupos de medicina privada, de seguro acidente de trabalho. São grandes negócios que possibilitam a acumulação privada.

Ao se converterem em empresários, eles vêm os trabalhadores não a partir da relação solidária, mas como clientes. Diante desta irresponsabilidade sindical propusemos uma nova central, a CTA. Fundada em 1992, sua novidade é a independência em relação aos partidos e a eleição pelo voto direto dos seus dirigentes.

Qual a diferença básica da CTA para a CGT?

Victor Mendibil: O que mais diferencia a CTA é a associação direta dos trabalhadores na central. Na Argentina, 70% dos trabalhadores não possuem sindicato. Por isso, tornam-se prato para as feras, porque os grupos econômicos e o governo, através do assistencialismo, tentam cooptá-los para sua proposta política.

Hoje, a CGT representa 3 milhões e a CTA tem 800 mil sindicalizados diretos. Estamos construindo novos sindicatos, de

novas profissões, como repositores de shoppings ou moto-boys. Também temos a Federação de Terra, Moradia e Habitação, algo como o MST no Brasil. A forma de organização também é diferente, por bairro. As seccionais da CTA nos bairros reúnem ex-metalúrgicos, ex-telefônicos, ex-têxteis, que têm experiência sindical e hoje estão desempregados ou vivem do artesanato.

Que tipo de ação eles desenvolvem?

Victor Mendibil - Na central, eles se organizam para discutir possibilidades de trabalho, formação, discutir as condições sanitárias, de habitação e as reivindicações do bairro, que antes eram discutidas pela Igreja ou pelas associações de moradores. Trabalhamos também com os "assentamentos". Hoje, em Buenos Aires, há muita ocupação de terras e imóveis desocupados. O movimento de inquilinos e de ocupantes de imóveis abandonados faz parte da Federação de Terra, Moradia e Habitação, que participa da CTA.

Esses problemas dos trabalhadores, que antes se tentava resolver fora da estrutura sindical, são discutidos dentro da central. Entendemos que ela não pode simplesmente ocupar-se do trabalhador sindicalizado ou do trabalhador que tem estabilidade. Precisa defender quem tem estabilidade, o desempregado, o aposentado.

Quais as principais reivindicações da CTA?

Victor Mendibil: Defendemos

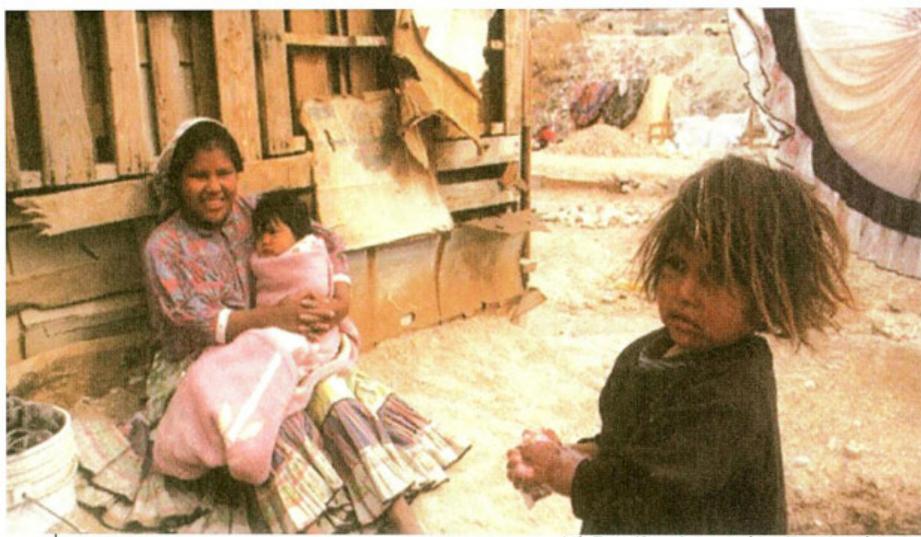
a redução da jornada de trabalho, tanto no setor público como no privado, para seis horas diárias. Hoje trabalhamos em média 12 a 14 horas. Apenas se fosse cumprido o horário de oito horas, seriam criados imediatamente por volta de um milhão de novos empregos.

A central destaca ainda a ação e a unidade com outros setores, como a cultura, a Federação Agrária, o pequeno e o médio produtor agrícola, o pequeno e médio empresário. Juntos, podemos criar uma nova perspectiva de vida para os trabalhadores e um projeto para o país. A Argentina é um país produtor de alimentos extraordinário, tem uma das regiões úmidas mais ricas do planeta. Mas morrem no país, por dia, 55 crianças menores de um ano. Isso é criminoso.

Quais correntes de pensamento participam da CTA?

Victor Mendibil: Os comunistas e outros setores de esquerda e independentes participam da CTA. Temos a opinião de que o movimento sindical permite nuclear setores marxistas, de esquerda e independentes. Também participam companheiros que não têm identificação partidária, mas são de ideologia classista. Uma das características da CTA é a diversidade; o que nos unifica é a identidade como trabalhadores.

Entrevista concedida à jornalista Guiomar Prates, integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*



Luis Torres/Casa de Las Américas/Fronteira México-EUA

POUSO DA ÁGUIA

Segundo o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, no mês de abril foram eliminados 223 mil postos de trabalho no país. No mês de março, foram 163 mil. Os cortes foram generalizados. A indústria demitiu 104 mil funcionários. O setor de trabalho temporário cortou 108 mil postos e a construção civil, 64 mil. Por outro lado, os mercados de ações trataram esses dados como indicação de melhora futura. Explicação: os preços das ações subiram nas bolsas à medida que os investidores concluíram que as empresas dos EUA, ao cortarem drasticamente os seus custos, estavam agindo com rapidez para compensar a queda em seus lucros.

GARRAS DA ÁGUIA

O setor eletrônico foi o mais afetado pelo desemprego nos EUA. Em março, demitiu 24.684 trabalhadores. Em seguida vem o setor de telecomunicações (22.456) e o de computadores (19.034). A Cisco Systems, líder mundial na fabricação de equipamentos de redes, anunciou que vai demitir 8.500 trabalhadores. Já o portal eletrônico Yahoo! vai despedir 4 mil, cerca de 12% do seu quadro de pessoal. A sueca Ericsson, fabricante de telefones móveis, cortou 15 mil postos de trabalho.

ALÉM DA FRONTEIRA

Em abril, a Goodyear anunciou o fechamento da sua fábrica na periferia da Cidade do México. A empresa norte-americana agiu rápido para reduzir custos e o alvo escolhido foi a unidade mexicana. No primeiro trimestre deste ano, cerca de 240 mil empregos foram eliminados no país. A Delphi, maior fabricante de autopeças do mundo, demitiu 8 mil mexicanos no ano passado. A Chrysler pretende fechar três fábricas no país e dispensar 2.500 trabalhadores. “Diversos mexicanos que imaginavam ter empregos de classe média muito seguros em fábricas de empresas americanas agora estão descobrindo que as manchetes que falam a respeito do desemprego global muitas vezes se referem a eles próprios”, comentou o *The New York Times*.

MARCHAS NA BOLÍVIA

Enquanto o presidente da Bolívia, o ex-general e ex-ditador Hugo Banzer, estava em Quebec, Canadá, participando da “Cúpula das Américas”, marchas de camponeses e operários chegavam a La Paz. A Bolívia voltou a ser sacudida por greves e protestos. O país ostenta números vergonhosos: 80% dos habitantes são considerados pobres; em muitas regiões a expectativa de vida não ultrapassa os 40 anos; o

salário mínimo está na casa dos 50 dólares; e uma enorme parcela da população vive com menos de um dólar por dia. Mais de 3.600 aposentados entraram em greve de fome, reivindicando reajuste do benefício – pelo menos um morreu.

PRISÕES NO PANAMÁ

Pelos menos 13 pessoas foram feridas a bala e 150 foram detidas em decorrência da repressão policial à manifestação contra o neoliberalismo no Panamá. Sob o slogan “Unidade para vencer o neoliberalismo”, a mobilização, convocada pelo Movimento Nacional em Defesa da Soberania, integrado por organizações sindicais, estudantis, professores e outras entidades populares, reuniu cerca de 10 mil pessoas.

PHILIPS DA ESPANHA

Em Barcelona, trabalhadores da Philips queimaram pneus em frente ao consulado da Holanda, país sede da empresa, contra a demissão de 312 funcionários de contrato temporário e jornada parcial. No dia 26 de abril, mais de mil trabalhadores do grupo ocuparam a Bolsa de Valores contra a substituição dos demitidos por outros de contrato ainda mais precário. O próximo passo, anunciam, pode ser a greve por tempo indefinido.

OS MISERÁVEIS

Em setembro passado, a Cúpula do Milênio proclamou que em 2015 o número de países com “extrema pobreza” cairia de 49 para 25. Agora, a ONU constata que apenas um deles, Lesoto, pode deixar o clube dos miseráveis. A dívida externa desses países era de US\$ 121 bilhões em 1990. Hoje é de US\$ 150 bilhões, valor equivalente ao PIB conjunto de todos eles.



Júlio Etchart/Imagnet

Uma visão crítica sobre as ONGs

Qual o verdadeiro papel das Organizações Não Governamentais, num momento em que se generaliza a descrença nos partidos e na política?

ANTÔNIA RANGEL

Num momento em que se generaliza a descrença nos partidos, na política e na possibilidade de saídas coletivas, socialistas, para as mazelas do capitalismo, ganham força as teses sobre as virtudes da sociedade civil e da ação baseada nos “novos movimentos sociais” e nas Organizações Não Governamentais. Neste artigo procuraremos elucidar o papel das ONGs neste cenário.

As ONGs vêm ganhando crescente visibilidade no cenário mundial. No Brasil, elas surgem no período do regime militar,

mas só ganham projeção na última década (somam hoje 150 mil). Recentemente, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, elas apareceram com expressiva força, o que chamou atenção para suas especificidades, levantando

Embora algumas ONGs tenham cunho progressista, muitas delas, ao se oporem à globalização neoliberal, omitem deliberadamente a menção ao capitalismo

questionamentos quanto ao seu verdadeiro papel na luta por um mundo melhor.

PAPEL DA “SOCIEDADE CIVIL”

Se formos pensar num mundo onde impera o capitalismo “cor-de-rosa”, cuja lógica do lucro seja mantida, talvez o papel das ONGs seja grande. Mas se pensarmos num mundo que consiga superar a lógica do lucro, ou seja, um mundo onde a prioridade seja o desenvolvimento humano em detrimento do lucro

Para alguns, as ONGs são promotoras da transformação social, “uma nova forma

privado, aí sim o papel das ONGs nessa luta pode ser questionado.

Alguns consideram as ONGs verdadeiras promotoras da transformação social, “uma nova forma de se fazer política. Para outros, elas são um campo propício às ações do neoliberalismo, que busca repassar suas responsabilidades sociais para o campo da sociedade civil. Dois extremos de posições entre um conjunto de outras que, sem dúvida alguma, pode corresponder, qualquer uma delas, à realidade de uma ou outra ONG, dentro do seu universo total” (Cadernos Abong, número 27).

Vivemos, hoje, numa situação limite. Caminhamos rapidamente para uma situação de barbárie, na qual a miséria e a violência são crescentes, conseqüência da política neoliberal aplicada na maioria dos países do mundo. De uma economia de mercado regulada pelo Estado e com a garantia de atender algumas demandas sociais, conquistadas e reconhecidas como direitos através da luta dos trabalhadores, passamos a uma sociedade de mercado, em que imperam os mais fortes sobre os mais fracos.

O Estado, dessa forma, transfere a sua responsabilidade social à sociedade civil. E, como esta não dispõe de recursos e capacidades para fazer frente a este desafio, a tensão social e a violência crescem e passam a ameaçar a estabilidade política. Isto faz com que o governo procure formas para conter uma inevitável explosão social.

Isto explica o lançamento, cada vez mais freqüente, de programas de fortalecimento da sociedade civil. “É um tal de abrir e construir espaços, através dos



■ Ativistas do Greenpeace bloqueiam o cano de descarga da Guerdau Riograndense, no Rio dos Sinos, Sapucaia do Sul (RS)

O risco de explosões sociais explica o lançamento, cada vez mais freqüente, de incontáveis programas de fortalecimento da chamada “sociedade civil”

quais governo e a supracitada sociedade civil ‘aprendem a pensar e agir juntos’ constroem plataformas para futuras ‘parcerias’ e novas ‘interações’, conferem ‘visibilidade’ a iniciativas ‘emergentes’, promovem a ‘cidadania ativa’ (...). Tudo é ‘desafio’: miséria, violência, fome, desemprego, etc.

de fazer política”; para outros, são um campo propício para o neoliberalismo

Inúmeros grupos empresariais se inserem no chamado “terceiro setor”; buscam, desta forma, privatizar o que antes era objeto das políticas públicas

(...) Na verdade, efeitos colaterais produzidos pelo forte ‘impacto’ das novas realidades” (idem, Paulo Arantes).

INCENTIVO À CARIDADE

É nesse contexto que surge a teoria do “terceiro setor”. Ela ganha cada vez mais adeptos. Assume a tese da hegemonia das leis de mercado como inevitável; reforça a idéia da incapacidade do Estado em atuar como regulador do pacto social; nega a necessidade de uma ação social eficaz, capaz de enfrentar a tensão social, ou seja, da luta de classes, acarretada e aguçada pelos crescentes problemas que o neoliberalismo traz para os setores da sociedade mais penalizados por este novo modelo de concentração acelerada do capital.

Grupos e associações de empresários, como a conhecida Fundação Abrinq, do ramo de brinquedos, o Instituto Ethos, que congrega várias e diversificadas empresas, a Associação Viva o Centro (SP), liderada pelo BankBoston, e outras fundações empresariais (isto é, a burguesia agindo como classe), também embarcam nessa onda. Adotam

formas de ONGs e inserem-se no chamado “terceiro setor”.

Buscam, desta forma, privatizar o que antes era objeto de políticas sociais públicas. Fazem isso sempre às custas do imposto de renda, do qual são abatidos os gastos “filantrópicos”. Dessa forma, procuram substituir as políticas universais, que cabiam ao Estado aplicar, amenizando os males do mercado ou criando condições para que os trabalhadores possam defender-se deles. Isto sob a alegação de que, no aparelho de Estado, impera a incapacidade, ineficácia e corrupção.

Trata-se, segundo as teses da burguesia preocupada com a “cidadania” e a “exclusão”, de despertar a consciência ética do empresariado brasileiro. *Estas iniciativas se inserem não apenas no vácuo da inação estatal, mas no bojo de um vasto conflito pela hegemonia nos movimentos da sociedade civil* (idem, Francisco de Oliveira). A ação do governo federal, que procura – através da primeira dama Ruth Cardoso e da banqueira Milu Vilela – incentivar o chamado voluntariado, tem a mesma natureza de despolitizar a luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais e transformar a militância contra a injustiça e a opressão em

Segundo o sociólogo norte-americano James Petras, na medida em que cresceu a oposição ao neoliberalismo, o Banco Mundial aumentou os donativos às ONGs

algo semelhante à caridade, milenarmente incentivada pelas religiões.

DOIS EXTREMOS

Neste grande universo de ONGs existem diferenciações. Pode-se, grosseiramente, distinguir dois extremos. Um que se insere na descrição acima, ou seja, caracteriza-se por ser um componente do projeto neoliberal (a sua face comunitária). E outro formado pelas ONGs mais politizadas, que se inserem num movimento social mais amplo de luta contra a globalização e o neoliberalismo. O filósofo Paulo Arantes, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, diz que “as ONGs estão se politizando porque diariamente elas vêm e enfrentam barbaridades”.

Entretanto, a grande maioria das ONGs (mesmo algumas opositoras do projeto neoliberal) é financiada por subsídios doados por fundações privadas e fundos estatais, geralmente sediadas nos países ricos. De acordo com o sociólogo norte-americano James Petras, na medida em que cresceu a oposição ao neoliberalismo, o Banco Mundial aumentou os donativos destinados a estas ONGs.

Tanto é verdade, diz Petras, que quando os neoliberais privatizaram lucrativas propriedades estatais, as ONGs não tomaram parte da resistência sindical. Pelo contrário, se mostraram ativas na criação de projetos privados, promovendo o discurso da iniciativa privada (auto-ajuda) ao dedicar-se ao fomento de micro-empresas nas comunidades pobres. Enquanto os ricos criavam vastos impérios

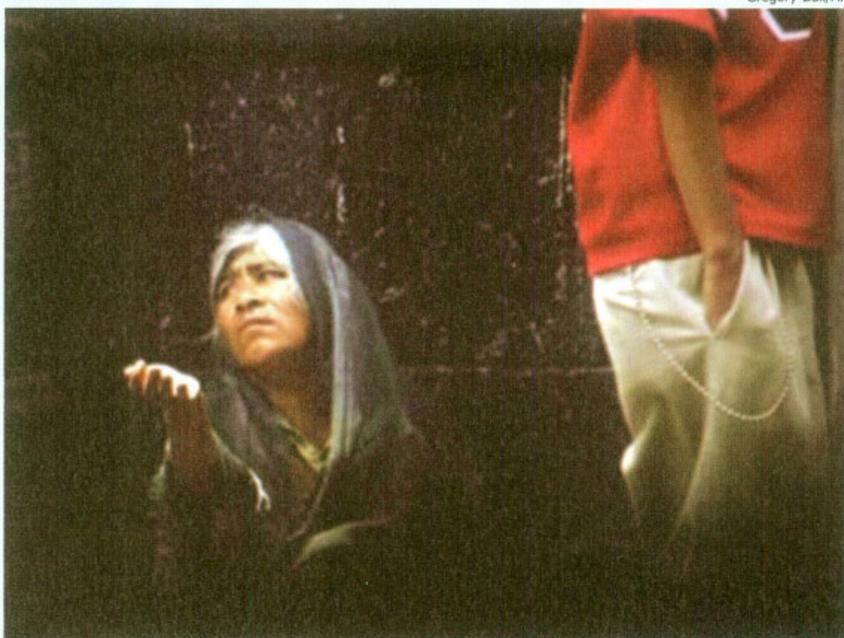
financeiros a partir das privatizações, profissionais de classe média, que trabalham nas ONGs, recebiam pequenos fundos para financiar suas oficinas, seus gastos com transportes e suas atividades para promover atividades econômicas em pequena escala. (James Petras, em “Las dos caras de las ONGs”).

Embora algumas dessas ONGs tenham um cunho progressista, muitas delas, ao se oporem à globalização neoliberal, omitem deliberadamente a menção ao capitalismo, às classes sociais e ao imperialismo. Dessa forma, elas acabam por escamotear a lógica totalizante do capitalismo, afirmando, implicitamente, sua imutabilidade como sistema econômico; propõem apenas medidas para suavizar as suas contradições.

REFORMA DO CAPITALISMO

Fica fora, portanto, de sua esfera de ação, a responsabilidade pela luta contra o sistema capitalista. Quando se fala em sociedade civil, muitos esquecem que ela está dividida em classes sociais, o que torna inviável a elaboração de um programa comum que leve em conta a necessidade da destruição prévia das bases de sustentação do Estado capitalista. Dessa forma, a ação da sociedade civil organizada fica impotente, portanto, para transpor os marcos do capitalismo. Sua ação contribui mais para a reforma do sistema, no sentido de harmonizar suas contradições, do que para transformá-lo.

Desta forma, entendemos que, embora numa situação limite enfrentada atualmente, a maioria das ONGs preocupa-se mais em suavizar as distorções do sistema capitalista, em reformá-lo, do que



Gregory Bull/AP

A ação do governo federal, através do incentivo ao chamado voluntariado, visa transformar a militância contra a injustiça em algo semelhante à caridade

em transformá-lo.

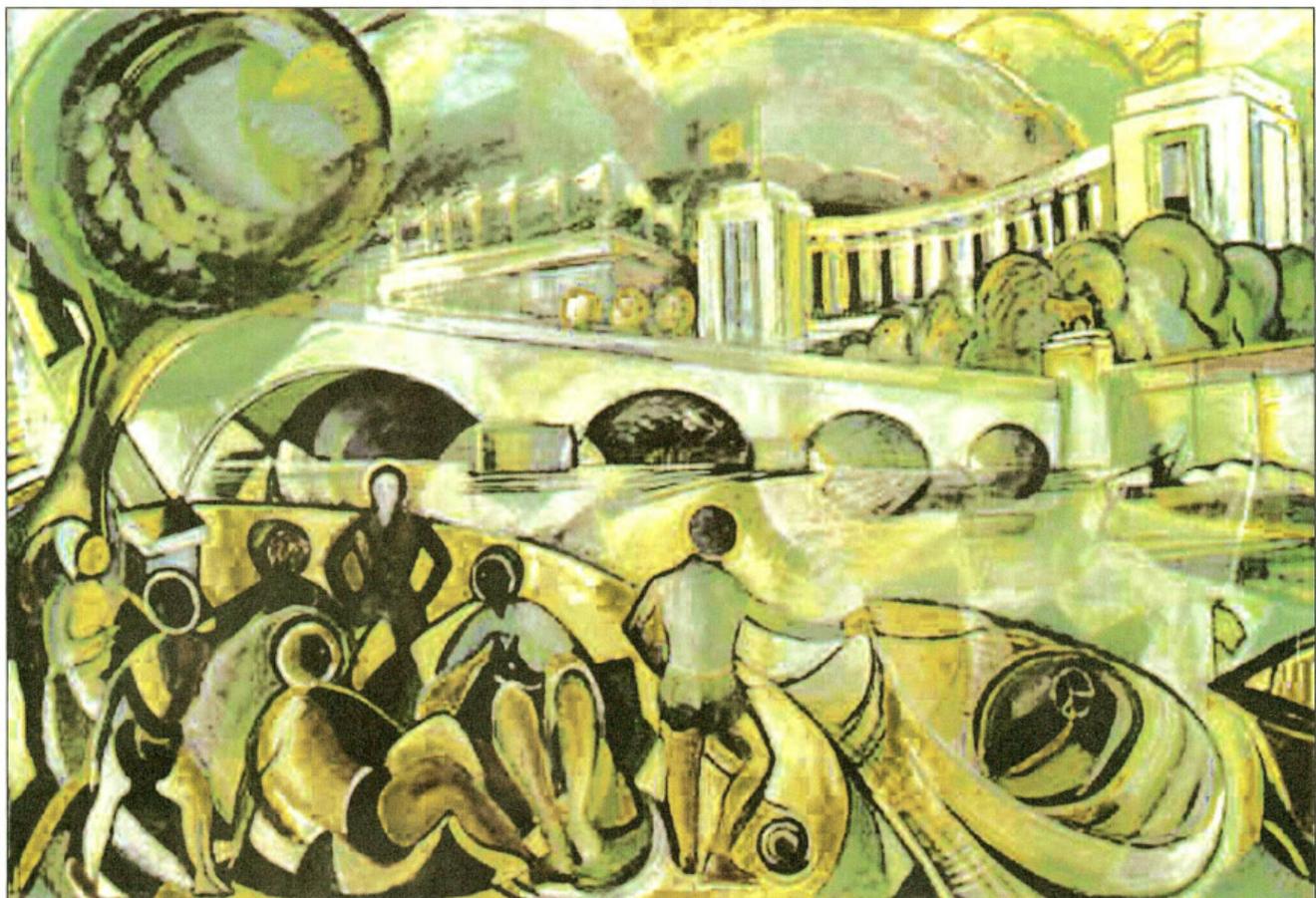
O sistema capitalista não cairá de maduro. É necessário um trabalho árduo de conscientização do povo explorado para ganhá-lo para esta luta. Neste sentido, as ONGs poderiam jogar um importante papel. Isto dependeria da disposição de militantes de esquerda, que atuam nestas organizações, em compreender que a luta pelo socialismo, por uma sociedade baseada em outros valores, é atual e cada vez mais necessária. Devemos considerar que, embora seja uma minoria, existem algumas ONGs que trabalham neste sentido. Estão

A maioria das ONGs, mesmo algumas politizadas, é financiada por doações de empresas privadas e de fundos estatais, geralmente oriundas dos países ricos

menos preocupadas em amenizar os efeitos perversos do sistema e mais preocupadas em conscientizar a população sobre as causas desses efeitos.

É importante termos uma visão crítica em relação às ONGs, ao invés de simplesmente ignorá-las, ou render-se a essa forma de organização, levando em conta, inclusive, que o trabalho realizado por elas no sentido de reagir aos problemas sociais, ambientais e de desenvolvimento, ganha credibilidade. Este é um trabalho que – neste momento em que a luta por uma sociedade nova ainda se encontra num patamar de defensiva – pode servir ao acúmulo de forças e experiências, fomentar o espírito de luta e alimentar cada vez mais um pensamento crítico junto aos setores com os quais trabalham.

Antônia Rangel é mestre em história e integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)



Palais de Chaillot/Comuna de Paris

Comuna de Paris, o poder operário e popular

AUGUSTO BUONICORE

No dia 18 de março de 1871, depois da frustrada tentativa governamental de desarmar Paris, eclode a primeira revolução proletária vitoriosa, que consegue, pela primeira vez, constituir uma verdadeira república dos trabalhadores. Tropas da Guarda Nacional, composta predominantemente por operários, tomam de assalto o prédio da municipalidade (Hotel D'Ville). O poder político sai das

Pela primeira vez na história, o poder político sai das mãos da grande burguesia e dos latifundiários e cai nas mãos dos trabalhadores armados

mãos da grande burguesia e dos latifundiários e cai nas mãos dos trabalhadores armados.

Em 26 de março é realizada eleição do Conselho da Comuna. Dos 85 conselheiros eleitos, 30 eram operários, dos quais 11 eram filiados a Associação Internacional dos Trabalhadores; 34 eram originários da intelectualidade revolucionária; o restante era de origem burguesa-conservadora, que logo abandonaria os seus

O primeiro decreto da Comuna determinou a supressão do exército permanente,

postos e aderiria à contra-revolução versalhense.

O governo da Comuna refletiria a pluralidade das forças populares que participaram da insurreição vitoriosa: blanquistas, neojacobinos e internacionalistas (proudhonianos e marxistas). A maioria governamental seria composta por uma coligação entre blanquistas e neojacobinos.

MEDIDAS POLÍTICAS

Imediatamente após a tomada do poder, os comunardos sentiram a necessidade de quebrar a velha máquina estatal burguesa e construir uma nova que pudesse atender aos interesses das classes trabalhadoras. O primeiro decreto da Comuna determinou a supressão do exército permanente, que foi substituído pelo povo em armas organizado na Guarda Nacional.

O Conselho da Comuna foi transformado em órgão máximo do novo poder popular. Todos os conselheiros, eleitos por sufrágio universal, tinham mandatos imperativos que podiam ser revogados a qualquer momento por aqueles que os elegeram. O conselho tinha função legislativa e executiva, ou seja, era responsável pela aplicação das leis e decretos que ele mesmo havia aprovado. Acabava-se com o perigo, sempre presente na França, do legislativo ser apenas espaço de “tagarelice” parlamentar, enquanto o verdadeiro poder se concentrava na burocracia estatal e no executivo, fora do controle popular.

Outra importante medida foi o estabelecimento de um teto salarial para os dirigentes do Estado, igualado ao salário médio

do operário. As funções de Estado deixaram de ser um “terreno de caça” para os arrivistas burgueses e pequeno-burgueses. Este mecanismo buscava reduzir o fosso existente entre governantes e governados, uma condição essencial para a construção de um poder verdadeiramente popular e socialista.

Os juizes também passaram a ser eleitos nos bairros e, como os conselheiros da Comuna, poderiam ter seus postos revogados. Acabava-se assim com o mito da neutralidade dos magistrados, que só servia para encobrir os seus compromissos com as classes proprietárias. A igreja, por fim, foi separada do Estado.

A Comuna, afirmou Karl Marx, era “a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho”. Foi graças à “escola da Comuna” que Marx pôde formular a sua teoria do Estado socialista e colocar concretamente as questões da transição ao socialismo.

MEDIDAS SOCIAIS

Quando se iniciou a guerra civil, dos 600 mil operários de Paris, apenas 114 mil estavam trabalhando. A situação iria se

agravar nos dias seguintes com o fechamento de inúmeras fábricas pelos seus proprietários, que fugiriam para Versalhes. O povo estava sem comida e sem emprego. Os serviços públicos essenciais estavam desorganizados pela fuga e sabotagem dos funcionários ligados aos inimigos da Comuna.

Todas as medidas econômicas e sociais da Comuna mostraram o seu caráter operário e popular. Coube à Comissão do Trabalho, dirigida pelo operário húngaro e internacionalista Leo Frankel, as principais medidas de combate ao desemprego e na defesa do trabalho contra o capital.

Nesse esforço, Frankel apelou às organizações sindicais e formou a Comissão de Enquete Operária. A sua missão era recolher informações sobre a situação de emprego e, principalmente, elaborar um levantamento detalhado das oficinas abandonadas pelos patrões. Em 16 de abril foi aprovado o decreto que expropriava as empresas abandonadas. A direção desse processo seria colocada nas mãos dos operários organizados em associações. Em algumas dessas fábricas seriam realizadas, pela primeira vez, experiências de autogestão.

Outro decreto proibiu a prática comum, adotada pelos patrões, de multar operários sob as alegações mais fúteis. Esta era uma forma desleal encontrada para reduzir os salários e aumentar os lucros dos capitalistas.

A Comissão do Trabalho também atendeu uma antiga reivindicação dos trabalhadores em padarias. Eles exigiam a eliminação do trabalho noturno e dos agentes intermediários de

Com a ajuda dos sindicatos, surge a Comissão de Enquete Operária para recolher as informações sobre o desemprego e a relação de trabalho

substituído pelo povo em armas organizado na Guarda Nacional

contratação da mão de obra. Os donos de padarias denunciavam o decreto como “atentatório à liberdade individual do operário e do patrão”. Mesmo na Comuna houve divergências. Viard afirmaria: “Nós não devemos intervir nas questões entre patrões e empregados”. Era forte a cultura anti-estatista entre os socialistas franceses.

A exemplo das empresas, as residências dos contra-revolucionários foram usadas para alojar a população que vivia em lugares insalubres ou tivera as suas casas destruídas na guerra contra a Prússia e Versalhes. Prorrogaram-se os prazos de pagamento dos aluguéis e decretou-se uma moratória de três anos para qualquer tipo de dívida. Estabeleceu-se um controle rigoroso dos preços dos produtos de primeira necessidade.

Tudo isto foi realizado em apenas 72 dias de governo, numa cidade cercada pelos exércitos da Prússia e de Versalhes, em meio a uma terrível guerra civil. Estes condicionantes dão à obra da Comuna uma estatura monumental.

DERROTA DA COMUNA

Como disse Marx, “o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva, à vista da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, a flutuar sobre o Hotel D’Ville”. Por isso, no dia da sua vitória militar sobre a Comuna, ela extravasou todo o seu ódio na mais abominável das vinganças. Paris operária foi mergulhada num mar de sangue.

Trinta mil comunardos morreram, a grande maioria executada friamente após o final

C.Jules/Hotel D'Ville



do conflito; e mais de 40 mil foram aprisionados e condenados a trabalhos forçados em colônias penais distantes (Argélia e Nova Caledônia). Muitos morreriam antes que a anistia os atingisse, em 1880.

A burguesia reacionária, através da sua repressão insana, chegou a despovoar Paris dos operários, causando prejuízo ao próprio desenvolvimento industrial da França. Diz Lissagaray: “O ramo de calçados perdeu a metade de seus operários, o de marcenaria, mais de um terço; 10 mil operários alfaiates, a maioria dos pintores, especialistas em telhados, em zinco e bombeiros hidráulicos desapareceram; os setores de armarinho, luvaria, espartilho e chapelaria sofreram o mesmo desastre; habilidosos joalheiros, cinzeladores e pintores de porcelana fugiram. O mobiliário, que antes ocupava mais de 60 mil

operários, recusou encomendas por falta de mão-de-obra”.

Para matar a revolução era preciso também exterminar a classe operária. A burguesia francesa por alguns meses alentou esta utopia reacionária. Mas a classe operária era o fruto natural da época moderna, não podia ser eliminada, assim como não podia ser eliminado o socialismo. Alguns anos depois dessa derrota estratégica, que levou ao fechamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, a classe operária voltaria a se organizar mundialmente e fundaria, em 1889, uma nova internacional.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciência social pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

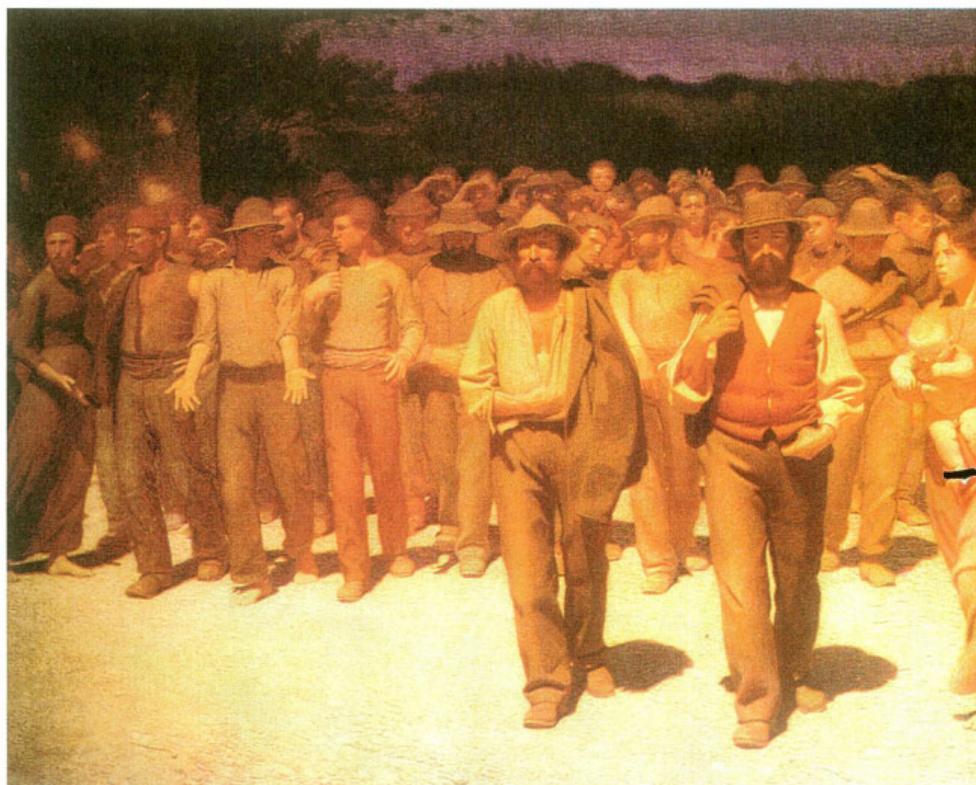
Classe social: teoria, história

ARMANDO BOITO JR.

A classe operária foi extinta pelas recentes transformações do capitalismo ou simplesmente atravessa um período de mudanças e modificações?

O movimento operário encontra-se em declínio histórico, num processo irreversível de perda de vitalidade, ou num refluxo passageiro?

Não pretendemos, neste texto, abordar diretamente as questões acima. Nossos objetivos serão os de discutir alguns conceitos envolvidos naquelas questões e indicar algumas consequências políticas dessa polêmica conceitual.



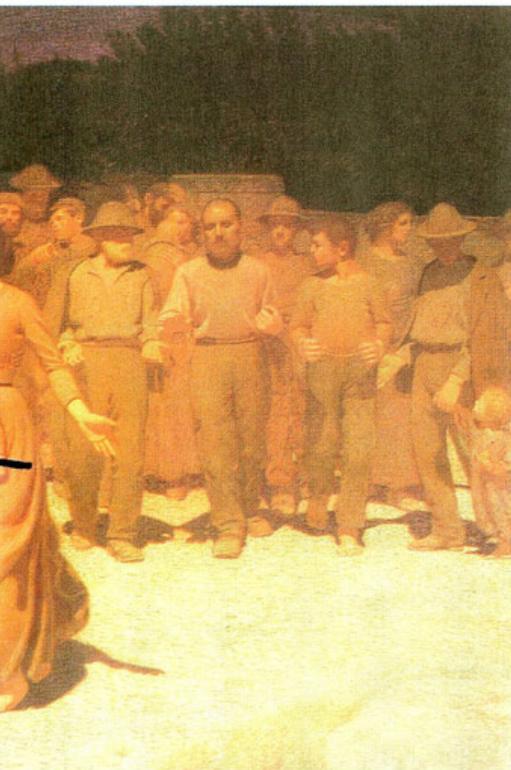
O ECONOMICISMO NO CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

A definição mais presente de classe social na bibliografia marxista (e também na bibliografia não marxista) é aquela que considera a classe social um fenômeno da economia. Pois bem, se aceitarmos que classe social é um fenômeno econômico, iremos procurar as causas da crise atual do movimento operário no terreno restrito da economia. As conclusões poderão variar. Alguns autores concluirão pelo declínio histórico da classe operária, outros, diferentemente, falarão de crise e mudanças na classe operária, mas todos irão manter sua pesquisa e reflexão no âmbito do processo econômico: as novas

tecnologias, as novas formas de gestão da força de trabalho, a variedade dos contratos de trabalho, o crescimento do trabalho precário, a redução do emprego industrial e o crescimento do emprego no setor de serviços, etc.

Há uma idéia central nos textos que identificam classe social como um fenômeno econômico. Esse tipo de análise baseia-se no pressuposto segundo o qual, no terreno da economia (capitalista), encontra-se sempre em operação uma contradição antagônica insuperável entre burguesia e classe operária. É por isso que a classe social é um fenômeno da economia: aí estão dadas todas as condições para a organização e a luta de classes. A

e política



Giuseppe Pellizza da Volpedo // Quarto Stato, 1898-1901. La pittura italiana

“consciência de classe” passou a ser apresentada como um resultado mais ou menos espontâneo da posição ocupada pelos operários na produção. A Segunda Internacional consolidou a idéia segundo a qual a consciência de classe é resultado do crescimento sócio-demográfico da classe operária e do suposto processo de homogeneização sócio-econômica imposto pelo capitalismo aos integrantes dessa classe social. No âmbito da Terceira Internacional, essa visão economicista obteve uma formulação clássica no conhecido ensaio de Lukács, denominado *Consciência de classe*.

O impasse teórico desse ensaio – impasse que Lukács seguirá ignorando na autocrítica que fez no prefácio de 1967 ao *História e consciência de classe* – ilustra as dificuldades insuperáveis da posição que consiste em localizar a classe social apenas no terreno da economia. Para Lukács, a classe operária é um dado objetivo da economia capitalista. Logo, ele sustentará que a classe operária existe enquanto tal, mesmo quando os próprios operários não tenham consciência de tal existência. Pois bem, a partir do momento em que a classe operária – que já existe enquanto tal no terreno da economia – adquirir a consciência de sua própria existência e, portanto, da especificidade de seus interesses, ela passará a ser uma “classe para si”. A existência objetiva será complementada pela existência subjetiva, dada pela “consciência de classe”.

Ciente do fato de que, em muitos países e em diversas épocas, a classe operária não existe enquanto classe organizada lutando por aqueles que seriam os seus interesses, Lukács irá, então, distinguir a “falsa consciência” daquela que seria a “consciência

verdadeira”. A primeira seria empírica, psicológica, efêmera, inadequada; a segunda seria racional, política, duradoura e adequada à posição objetiva ocupada pelos operários no processo de produção e aos interesses decorrentes de tal posição. Este é o impasse teórico: a “falsa consciência” é uma aberração que não deveria existir, fosse verdadeira a tese segundo a qual a classe social já está dada no terreno da economia. Por isso mesmo, Lukács nos diz, se prestarmos atenção, apenas aquilo que a “falsa consciência” não é. E ele nos diz somente aquilo que já sabíamos: ela não é a “consciência verdadeira”, aquela racional e adequada, mas, estranhamente, inexistente.

UM OUTRO CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

Essa apresentação, ainda que simplificada, do determinismo economicista na discussão do conceito de classe social permite-nos esboçar um contraste com os termos iniciais de uma outra orientação: é necessário pensarmos a classe social como um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico, político e cultural, objetivo e subjetivo.

As relações de produção são, de fato, a referência última das classes sociais. Os lugares ocupados no processo de produção, basicamente a grande divisão entre proprietários não-trabalhadores e trabalhadores não-proprietários, é a divisão fundamental que *possibilita* a organização de coletivos com interesses opostos. Mas isso é apenas uma possibilidade. Encontramos também na própria economia outras características que podem possibilitar a formação de um campo de

Nossa visão, diferentemente, apresenta a classe como algo potencial, que se constitui na luta, como efeito das lutas, e em condições históricas particulares

organização, as idéias e as lutas operárias refletem sua situação econômica objetiva. Kautsky e a Segunda Internacional desenvolveram essa visão estritamente econômica das classes sociais. Para esses autores e dirigentes socialistas, a

A classe social só existirá no sentido forte do termo, isto é, como coletivo

interesse comum entre proprietários e trabalhadores. Nas sociedades capitalistas, o operário pode, visando preservar seu emprego ou aumentar seus ganhos, ter interesse no crescimento da empresa ou setor onde trabalha, fazendo frente comum com os capitalistas dessa empresa ou setor e, ao mesmo tempo, concorrendo com os operários que trabalham em outras empresas ou setores. O corporativismo sindical, no sentido gramsciano de egoísmo de fração, é a manifestação mais clara desse fenômeno.

Logo, na economia, estão presentes, potencialmente, tanto classes antagônicas quanto grupos que cooperam entre si em defesa de uma empresa ou setor – quem, no Brasil, não se recorda da frente comum estabelecida entre sindicatos operários e associações patronais das grandes montadoras de veículos para preservar e expandir o setor automobilístico? Uma eventual consciência pró-capitalista dos operários pode ser reflexo da sua situação econômica particular, e não uma ilusão sem fundamento, ao contrário do que sugere a noção de “falsa consciência”. O antagonismo entre proprietários e trabalhadores é apenas latente, potencial. Para que a classe operária, que existe apenas em potência no terreno da economia capitalista, adquira uma existência real, é necessária a combinação de inúmeros fatores de ordem econômica, política e cultural – situação do emprego e do salário, situação do sistema de alianças que sustenta o bloco no poder burguês, eficácia da ideologia e do programa socialistas para responder aos problemas colocados na ordem-do-dia pela sociedade

capitalista numa determinada etapa do seu desenvolvimento, etc. A classe social só existirá no sentido forte do termo, isto é, como coletivo organizado, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto.

Em que condições a classe operária organiza-se enquanto classe? Esse é um problema que, rigorosamente falando, não pode encontrar lugar na problemática economicista das classes sociais. A aquisição da “consciência verdadeira” é um mero ajuste entre a realidade (da economia) e a consciência (que desde sempre deveria ter refletido a economia). A sua ocorrência não pode, portanto, constituir um problema. Ao contrário, tomar o processo de aquisição da “consciência verdadeira” como um problema significaria, ao mesmo tempo, reconhecer que a “falsa consciência” é racional (não irracional), consistente (não efêmera), social (não psicológica)



Para Lênin, a classe revolucionária se constitui no bojo de uma situação singular de crise, distinta do quadro de normalidade

A partir de contradições apenas latentes, a classe é algo a ser construído na luta quando as condições históricas forem favoráveis

e adequada (não deslocada). No ensaio de Lukács, afirma-se que a crise econômica propicia a oportunidade de a classe operária ascender à verdadeira consciência de classe. Mas, note bem: a crise econômica tem esse condão porque evidencia, para o operariado, o fato de que o capitalismo é um sistema, uma totalidade, que não é passível de reformas. Ou seja, a crise econômica não acrescenta rigorosamente nada. Ela apenas torna mais visível aquilo que sempre existiu.

No enfoque leninista do processo de aquisição da “consciência socialista” (termo que Lênin prefere ao de “consciência de classe”), a crise é algo totalmente novo. Sacode o antigo modo de vida de todas as pessoas. Coloca-as numa situação muito diferente daquela em que vivem em tempos de capitalismo normal. Lênin dirá: a) se romper a unidade entre os de cima; b) se agravar as condições de vida das massas e c) se propiciar ações históricas independentes dos trabalhadores, essa crise poderá se configurar como uma crise revolucionária. A classe revolucionária constitui-se, como resultante de um conjunto de fatores, no decorrer da crise, no bojo de uma situação singular, distinta da situação de normalidade.

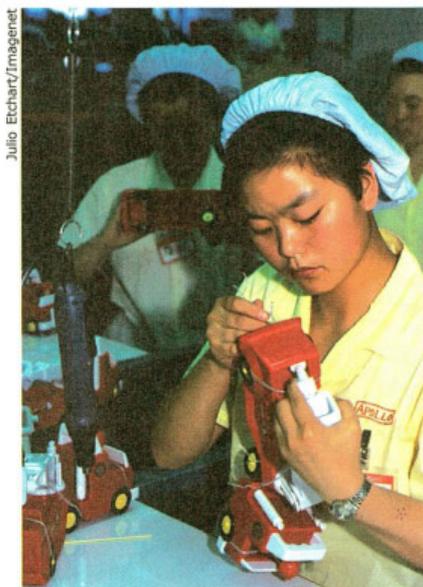
organizado, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto

HISTÓRIA, CLASSE E PARTIDO

Esses conceitos distintos de classe social estão articulados, de um lado, com concepções particulares da história e, de outro, com propostas particulares para a relação partido/classe na luta pelo socialismo.

Na posição determinista do economicismo, delinea-se, no conceito de classe social, uma concepção determinista da ação dos trabalhadores e do próprio processo histórico. A classe é uma essência dotada de atributos supra-históricos imutáveis (o que importa é o “ser” social operário) e a história um processo imanente. Inevitavelmente, a classe operária irá lutar pelo socialismo, a única dúvida residindo, como afirma Lukács no ensaio citado, na questão de se saber em que momento isso acontecerá. No que respeita à relação entre a vanguarda e a classe operária, a visão determinista do economicismo abre teoricamente o caminho para uma ditadura do partido sobre os trabalhadores.

O ensaio citado de Lukács é, nesse terreno, uma antecipação e legitimação teórica do método stalinista de tratar a classe operária. Com efeito, coerente com seu determinismo economicista, Lukács apresenta a “consciência verdadeira” como uma consciência imputada ou atribuída: através da análise científica da situação econômica objetiva da classe operária (não proprietários, assalariados e explorados) seria possível deduzir a “consciência verdadeira” porque adequada a essa situação. Tal raciocínio é uma simplificação. É verdade que a condição genérica de trabalhador não-proprietário fornece um elemento básico para



Julio Etchart/Imagemnet

É necessário pensar a classe social como um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico, político e cultural, objetivo e subjetivo

a definição da consciência socialista e de um programa operário – refiro-me à necessidade da supressão da propriedade privada. Mas esse elemento é algo ainda muito simples para suprir a definição sobre o que é o socialismo e quais são os caminhos concretos para realizá-lo em condições históricas que são sempre originais. Daí que a consciência socialista só pode ser construída junto com os operários que vivem a exploração de classe em condições sempre originais, e nunca sem eles, ou contra eles, por um partido que deteria a capacidade de lhes atribuir a “consciência verdadeira”. A consciência atribuída é, na melhor das hipóteses, o tecnocratismo de esquerda.

Nossa visão, diferentemente,

apresenta a classe como algo potencial, que se constitui na luta, como efeito das lutas, e em condições históricas particulares. Durante a primeira metade do século XX, uma combinação especial de fatores econômicos, políticos, ideológicos, nacionais e internacionais propiciou aos socialistas e comunistas sucesso na luta pela organização da classe operária em classe. Hoje, o panorama geral do capitalismo é outro muito diferente. A ideologia e o programa socialista entraram em crise. Não existe um movimento operário internacional. A classe operária não age como tal na cena política internacional. Na formação da classe não há determinismo mecânico e nem causa única. Sendo assim, a história aparece como um processo relativamente aberto, no qual atuam diversos fatores e agentes sociais, dentro de relações determinadas.

No que respeita à relação partido/classe, essa visão multideterminada do fenômeno classe social indica que, a partir de contradições apenas latentes, a classe é algo a ser construído na luta quando as condições históricas forem favoráveis. Essa construção é um processo de reflexão e de luta que une a teoria com a consciência espontânea dos trabalhadores e define, sempre no curso da luta prática e a partir de poucas indicações teóricas gerais, quais são os interesses da classe operária, quais os partidos que a representam e organizam, o que a opõe à burguesia e onde estão as fronteiras que a separam das demais classes trabalhadoras.

Armando Boito é professor do departamento de ciência política da Unicamp, editor da revista *Crítica Marxista* autor do livro “Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (Editora Xamã)

As entranhas da exploração

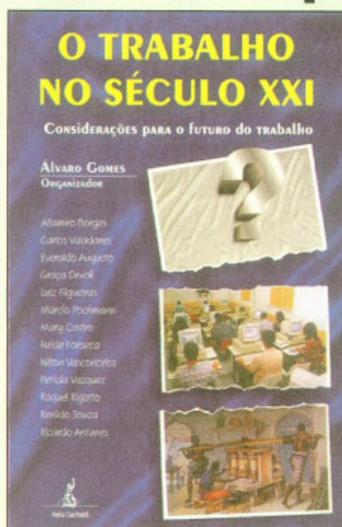
O livro “O trabalho no século XXI – considerações para o futuro do trabalho” –, publicado pela Editora Anita Garibaldi em co-edição com o Sindicato dos Bancários da Bahia, é uma coletânea de artigos que mergulha nas entranhas da exploração capitalista, avaliando os impactos das modificações ocorridas neste final de século nas relações de trabalho.

Em grande parte, estas modificações foram determinadas pela profunda crise estrutural vivida pelo sistema capitalista, embaladas pela onda globalizante e neoliberal deste período. Por isso, os autores indicam os caminhos na busca de saídas para inverter a tendência ao aprofundamento da exploração, da precarização e da flexibilização nas relações de trabalho.

Os artigos tratam dos grandes temas relacionados com a conjuntura atual, que estão intimamente ligados ao meio sindical e à sua rede de influência – dirigentes, ativistas, trabalhadores de base, desempregados, aposentados, etc. –, como desemprego, flexibilização, qualificação profissional, qualidade total, saúde do trabalhador, automação, reestruturação produtiva e questões de gênero, raça e meio ambiente.

Também estão inseridos no livro artigos que apontam a necessidade de um sindicalismo classista, de luta e plural, que busque uma nova forma organizacional para enfrentar o atual estágio de exploração capitalista, despertando a consciência de classe como um dos pressupostos básicos na construção desta ruptura.

Outro tema de destaque diz respeito à evolução gerencial e do modo de produção capitalista,



O trabalho no século XXI.

Álvaro Gomes
(organizador),
Editora Anita Garibaldi,
São Paulo, 2001

POR GILSON REIS

que busca aumentar o ritmo de trabalho e separar o pensar do fazer no trabalho. Esta caracterização está presente em vários artigos, em que os autores procuram relacionar o alto grau de exploração, marca do sistema capitalista, e o seu desdobramento quanto à forma organizacional no processo produtivo.

O fordismo e taylorismo, que prevaleceram em quase todo o século XX, foram substituídos pelo toyotismo. Esta mudança alterou profundamente a organização interna no processo produtivo. Este modelo, que foi desenvolvido no Japão e se espalhou para os todos os continentes, é o grande enigma a ser decifrado pelo movimento sindical. Isto porque ele trabalha com a subjetividade e com o inconsciente do trabalhador, atraindo-o para um processo de pseudoparceria.

Outra característica importante desta coletânea é o entrelaçamento dos vários temas. Em tese, eles partem de premissas diferentes, mas que na sua evolução convergem para pontos comuns, fortalecendo a idéia de que a crise atinge toda a estrutura do mundo do trabalho e que deriva de um mesmo foco, o sistema capitalista.

Estas diretrizes estão implícitas ou explícitas em todos os textos e, de forma conclusiva, o leitor chegará a um ponto de reflexão comum, sobre a necessidade histórica de abrir o debate de um tema ainda muito pouco refletido pelo conjunto do movimento sindical. Qual é a saída de conjunto, de construção de uma nova ordem mundial, de um novo conceito de produção e de consumo, de uma nova forma de conviver homens e mulheres e máquinas, priorizando a vida, o meio ambiente e as relações humanas. O livro aponta, neste sentido, a necessidade de se construir uma nova fase civilizatória. O século XXI, que começa, abre todas as condições para que a classe trabalhadora crie as condições para avançar na construção da sociedade socialista.

A publicação deste livro é uma importante iniciativa do Sindicato dos Bancários da Bahia. Ela deveria ser seguida pelas diversas entidades sindicais que contribuem nas lutas do cotidiano, mas que se preocupam também com a formulação política, teórica e ideológica, buscando saídas para a superação desta velha ordem mundial capitalista.

Gilson Reis é diretor do Sindicato dos Professores da Rede Particular de Minas Gerais, membro da executiva nacional da CUT e da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)

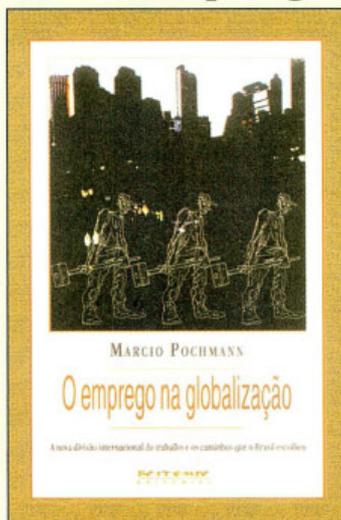
Causas do desemprego no Brasil

“O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu” – é o mais recente livro de Marcio Pochmann, professor da Universidade de Campinas e secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo. Publicado pela Boitempo Editorial, faz parte da coleção “mundo do trabalho”, organizada por Ricardo Antunes.

Neste livro, Pochmann faz um resgate da literatura, que trata da divisão internacional do trabalho, com o objetivo de entender os efeitos atuais e as perspectivas da globalização sobre o emprego. Apresenta, assim, os elementos fundantes desta divisão, bem como sua evolução entre os séculos XIX e XX, para depois discutir a situação do emprego no Brasil diante do curso atual da nova divisão internacional do trabalho.

Apoiado numa criteriosa composição de um conjunto de dados de dimensão internacional a respeito do trabalho, ressalta que, ao contrário do que diz a propaganda oficial, a globalização não vem produzindo um mundo mais homogêneo, com melhor repartição de riqueza, produção, trabalho e poder.

O autor procura relativizar o desemprego tecnológico, ao mostrar que no Brasil apenas parte das empresas está apta a incorporar técnicas que aumentam a produtividade e que podem causar o desemprego. Demonstra, ainda, que cerca de 70% dos postos de trabalho nos países periféricos estão expostos à competição internacional na indústria e na agropecuária; enquanto que nos países do



**O emprego na
globalização.**
Marcio Pochmann,
Editora Boitempo,
São Paulo, 2001

POR ANTÔNIA RANGEL

centro esta concentração se dá no setor de serviços, menos expostos à concorrência internacional.

Apesar da difícil identificação do número de desempregados no Brasil, pois não existe homogeneidade nem consenso entre as metodologias adotadas, Pochmann ressalta que não há como negar uma verdadeira epidemia de desemprego no país, que ataca seu tecido social. A “complexidade da manifestação somente pode ser entendida pelo curso do amplo período de duas décadas de estagnação econômica e pela ação, desde 1990, de um novo modelo econômico de inserção internacional desfavorável ao emprego nacional”.

Para ele, houve ainda uma drástica alteração na composição do desemprego, que mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atingia segmentos específicos da sociedade para se

generalizar por quase toda a população ativa. Conclui que não há mais extratos sociais imunes ao desemprego no Brasil.

Demonstra que, ao contrário do senso comum, a taxa de desemprego tem sido mais expressiva para as pessoas com escolaridade entre quatro e sete anos do que para os trabalhadores com menos de um ano de escolaridade. “O desemprego atual caracteriza-se mais por ser de natureza intelectual (vinculado à maior escolaridade e à capacitação técnica) do que de empregabilidade da mão-de-obra com baixa qualificação”.

Apesar da grave crise do emprego enfrentada pelo Brasil, o autor acredita que o desemprego tem cura e dedica parte deste livro para apresentar um conjunto de medidas que pode ajudar a reverter o quadro atual. Entre elas está a necessidade de “uma mudança radical nas prioridades nacionais, capaz de estabelecer a geração de empregos necessários como uma meta a ser seguida”. Isto passa não apenas pela maior expansão da economia, que amplia a criação de postos de trabalho, mas pela reversão do processo de concentração da renda. Acrescenta que, “do ponto de vista técnico, o Brasil constitui uma das economias com melhores condições de superar o desemprego em massa”.

Como sempre, Pochmann dá elementos para entender a conjuntura econômica desfavorável, que levou o país à triste condição de um dos campeões do desemprego no mundo, perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia.

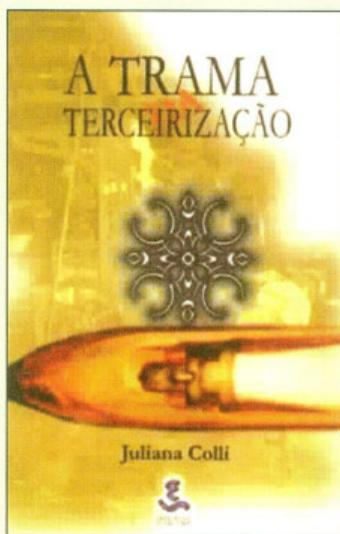
Antônia Rangel é mestre em história e integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

O “eterno retorno” do capital

No livro “A trama da terceirização – Um estudo do trabalho no ramo de tecelagem”, Juliana Colli nos apresenta uma interessante análise das mudanças do mundo do trabalho no setor têxtil no Brasil. Ela se debruça sobre o pólo das indústrias têxteis de Americana, em São Paulo, para apreender a dialética do *façonismo*, um sistema de trabalho utilizado no ramo de tecelagem. O trabalhador *façonista* é o pequeno proprietário, dono de meios de produção, que fornece mercadorias acabadas ou semi-elaboradas para uma empresa ou indivíduo qualquer da cadeia produtiva têxtil.

Em seu livro, Juliana Colli trata do *façonismo*, sua origem e evolução (do antigo “ateliê domiciliar” ao “ateliê moderno”), o novo *façonismo* e a dialética das formas pretéritas e futuras de subordinação do trabalho ao capital e a fundamentação ideológica do *façonismo* como terceirização – a ilusão de uma sociedade de produtores independentes. Ela procura apreender, com argúcia, a contradição candente no mundo do trabalho da tecelagem, em que o *façonista* incorpora uma dupla identidade – é um pequeno proprietário capitalista, tendo em vista que é dono dos meios de sua pequena produção e é, ao mesmo tempo, “assalariado de si mesmo”, ou melhor, “patrão de si mesmo”, sem autonomia ou independência em relação à sua produção, totalmente imerso no poder coercitivo da concorrência.

Colli discute uma nova lógica de exploração da força de trabalho que atinge não apenas a indústria têxtil, mas outros ramos da produção capitalista. De certo modo, no livro falta uma visão



**A trama da
terceirização.**
Juliana Colli,
Editora Práxis,
Belo Horizonte, 2001

POR GIOVANNI ALVES

mais ampla para situar, numa perspectiva histórico-concreta, o significado essencial do novo *façonismo* como terceirização, por exemplo, sua vinculação orgânica à lógica do toyotismo como “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital (é Chesnais quem observa que a ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do trabalho).

Apesar disso, ela se detém, com rigor analítico, diante de *um* dos aspectos centrais do toyotismo (a “ideologia orgânica” da nova produção capitalista): a terceirização, com sua lógica do “salário por peça”. Eis uma importante categoria ontológica da própria forma de ser da produção capitalista, que apela para a *performance* do trabalhador

na produção e onde as relações salariais são totalmente individualizadas, transformando ex-trabalhadores em “pequenos proprietários”, submetidos ao contrato por tempo parcial, terceirizado, trabalho a domicílio, etc.

Marx dedicou todo o capítulo 19 do Livro I de *O Capital* ao “salário por peça”, “a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista”. Diz ele que o salário por peça influi no sentido de “desenvolver a individualidade dos trabalhadores e com ela, o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole, e, de outro, a concorrência e a emulação entre eles”. A trama da terceirização descrita por Colli é não apenas de um processo de organização da produção capitalista, mas uma operação ideológica sutil do capital que procura instaurar a ilusão de uma sociedade de produtores independentes, totalmente imersos no “verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem” – igualdade, liberdade, propriedade.

O livro de Colli merece ser lido por todos aqueles que procuram compreender a nova (e precária) lógica da produção capitalista, um “eterno retorno” do capital às formas arcaicas de extração de sobretrabalho, o que é uma demonstração da sua sanha incontável em administrar suas contradições internas através da (re)posição de formas arcaicas sob novos modos de organização da produção capitalista.

Giovanni Alves é professor de sociologia na Unesp/Marília e autor dos livros “Trabalho e mundialização do capital” (Práxis, 1999), “O novo (e precário) mundo do trabalho” (Boitempo, 2000) e “Dimensões da globalização” (Práxis, 2001). Correio eletrônico: giovanni@marilia.unesp.br

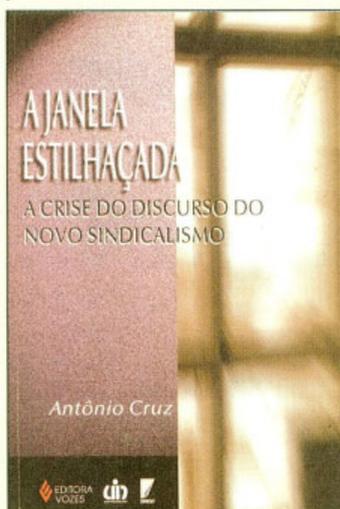
Mudanças no discurso cutista

O livro de Antônio Cruz é uma original análise da trajetória do “novo sindicalismo” no Brasil. O autor, inspirado nos trabalhos de Bakhtin, empreende um detalhado e cuidadoso estudo do plano discursivo, desde a gênese da Central Única dos Trabalhadores (CUT) até seus dias mais recentes.

Ancorado em fontes empíricas de apoio, Antônio Cruz mostra sugestivamente como o discurso mais aberto e totalizante da primeira fase da central – a fase das *janelas abertas* – vem sendo substituído pelo discurso fragmentado, caracterizado pela perda crescente da identidade de classe – que o autor denomina como o período da *janela estilhaçada*.

Analisando a fase que compreende os antecedentes do I Concut, realizado em 1984, até o V Concut, dez anos depois, mostra, sempre no plano do discurso (mas indicando elementos explicativos de fundo para estas metamorfoses), como se deu esta trajetória, que partiu de uma gênese confrontacionista e crítica e hoje se amolda crescentemente a uma prática cada vez mais negocial e propositiva, dentro da Ordem.

As profundas transformações econômicas, sociais, políticas, ideológicas, valorativas, tão intensas nas últimas décadas, presentes no sistema global do capital, e tão particularizadas pela concretude brasileira – onde se destacam o advento e a expansão da versão colonial do neoliberalismo – estas transformações fizeram razoável estrago no ideário e na prática de parcela substantiva do que de melhor o nosso sindicalismo havia criado. Desde o III Concut, em



A janela estilhaçada.
Antônio Cruz,
Editora Vozes,
São Paulo, 2000

POR RICARDO ANTUNES

1988, já era possível visualizar, conforme indicação de Antônio Cruz, o início desta mutação, que transitava da fase da denúncia e do confronto para a fase da cautela e da negociação.

Além das mudanças no processo de produção do capital, com o advento do influxo toyotista e da fase da acumulação flexível – que foram respostas à sua crise estrutural –, esta quadra marcou, ainda, num plano mais geral, a expansão do neoliberalismo, a crise e o influxo à direita da social-democracia, criando a jocosa expressão do social-liberalismo ou do liberalismo-social, o que dá no mesmo, em se tratando de uma enorme mistificação. E viu também a erosão terminal do Leste Europeu, que erroneamente se auto-intitulava como socialista.

Se a tudo isso acrescentarmos a derrota eleitoral de Lula em

1989, as mutações organizacionais e produtivas do capitalismo no Brasil, numa fase de implantação de políticas neoliberais, estavam desenhadas as condições para a metamorfose no interior da CUT. Evitá-las implicava em resistir em profundidade, com forte vitalidade ideológica-política que, como sabemos, faltou aos núcleos dominantes da central. Analisando os documentos, Cruz foi à raiz do problema: referindo-se às câmaras setoriais, afirma que “ao participar do estabelecimento de políticas sobre as quais não teria jamais controle efetivo, a direção da central comprometia-se formalmente com a busca de ‘soluções propositivas’, na esfera do sistema capitalista, para os problemas da classe trabalhadora”.

Recusando tanto as elaborações idealistas quanto aquelas objetivistas, ensaiando uma articulação analítica entre estas dimensões essenciais do ser, recusando tanto o estruturalismo (economicista e politicista) que suprime os sujeitos, como o subjetivismo sem conexões com o mundo da materialidade, Antônio Cruz oferece um estudo crítico da gênese e desenvolvimento do discurso do novo sindicalismo no Brasil, que deve ser lido. Estudos críticos que são cada vez mais necessários, particularmente para aqueles e aquelas que estão comprometidos com o mundo do trabalho.

Ricardo Antunes é professor de sociologia da Unicamp/SP, autor, entre outros, do livro *Os sentidos do trabalho* (Editora Boitempo) e coordenador da coleção “Mundo do Trabalho” (Boitempo)

FILMES

MANOEL RANGEL

O cinema urgente da América Latina

O despertar do cinema para a realidade brutal e urgente do povo latino-americano foi conduzido por uma geração de cineastas engajados que consagrou um certo tipo de documentário: o cinema de urgência. Apoiando-se na tradição do Documentário de Montagem de Vertov, cineasta soviético engajado na revolução de 1917, e premidos por uma realidade que não encontrava expressão na tv e nem no cinema, esses cineastas filmaram antes de tudo motivados pela necessidade de intervir na realidade.

Comprometidos com certa visão de mundo, armados de suas câmaras e da observação atenta dos fatos, o cubano Santiago Alvarez fez *Now!*, um libelo anti-racista apoiado em pungentes imagens de espancamento de negros norte-americanos por policiais brancos; o argentino Francisco Solanas realizou *A Hora dos Fornos*, painel da emergência dos operários na luta antiimperialista e por um projeto nacional; o brasileiro Eduardo Coutinho lançou-se à realização de *Cabra Marcado para Morrer*, denúncia do assassinato premeditado do líder camponês João Teixeira, documentário interrompido pelo golpe militar e finalizado em 1984.

Não por acaso, os três trabalhavam apoiados em redes de organizações populares: Santiago, na revolução cubana; Solanas, nos sindicatos argentinos; e Coutinho, pelo CPC da UNE.

O documentário de urgência não encontra espaço hoje entre os cineastas brasileiros. Seduzidos pelos telejornais, os documentaristas renunciaram ao

corpo a corpo com as grandes questões brasileiras, ainda urgentes. O ressurgimento desta forma, necessária ao combate por um mundo melhor, passará pelo compromisso dos que têm interesse nela: os trabalhadores, os sem-terra, os estudantes, num esforço de romper o bloqueio da televisão e do cinema dominantes. Foi uma fagulha desse compromisso que vimos no episódio da manifestação estudantil contra ACM em Salvador, quando as imagens utilizadas pelas redes nacionais de televisão foram feitas não pelas suas filiais, mas pelo Sindicato dos Bancários; e no contato com uma produção audiovisual crescente assinada pelo MST.

O ARQUITETO DA VIOLÊNCIA (MST/CPT, 2000)

O Arquiteto da Violência faz a denúncia incisiva do esquema jurídico-policial montado pelos latifundiários, sob comando do governador Lerner, para reprimir a luta pela terra no Paraná. O vídeo, de autoria coletiva, contou com a colaboração de policiais militares que cederam gravações feitas durante as operações repressivas, apresentando uma crueza inusitada em suas imagens. Apesar de ocorrerem breves concessões ao formato "vídeo institucional", o documentário parte da urgência da denúncia para a construção eficiente da teia de interesses e brutalidade com que se articulam os interesses da classe dominante no Brasil.

Manoel Rangel é cineasta e editor da revista de cinema *Sinapse*. Correio eletrônico: rangneto@usp.br

INTERNET

GIOVANNI ALVES

TUC ONLINE – www.tuc.org.uk

A *Trade Union Congress* (TUC), a central inglesa, foi uma das primeiras centrais sindicais da história. Seu *site* é bastante interativo, o que facilita a localização de informações sobre o mundo sindical inglês. Nele podemos encontrar a programação de um evento que a TUC realizou em 12 de maio de 2001, um seminário intitulado "Unions and Internet", com uma série de conferências em que sindicalistas, acadêmicos e profissionais da área de Internet discutem a utilização da Internet pelo sindicalismo.

CYBER PICKET LINE

www.cf.ac.uk/socsci/union/

Este diretório on-line de sindicatos do mundo todo possui 1200 *links* de organizações internacionais, sindicatos nacionais e locais em cada continente. O diretório mundial dos sindicatos (*The World Trade Union Directory*) localiza-se na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Cardiff. Possui *links* de sindicatos até do Azerbaijão (*Journalists Trade Unions*). Na América do Sul, encontramos *links* de sindicatos do Brasil, Venezuela, Peru, Uruguai, Argentina e Chile. No Brasil encontramos *links* de bastantes sindicatos, federações e confederações, além das centrais sindicais CUT e CGT – não possui o *link* da Força Sindical. Um *link* interessante que consta na página do Brasil é o site do Movimento Sindical (www.sindicato.com.br), um dos melhores sites de informações sindicais na Internet brasileira e que chegamos a comentar em nossa seção. Está totalmente renovado e vale a pena voltar a conferir.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília. Correio eletrônico: giovanni@marilia.unesp.br

Sou um apaixonado da **Debate Sindical**. Ela é séria, interessante, atual e, sobretudo, classista. É a única revista deste tipo no país. Acho que seria necessário um trabalho de marketing maior entre os sindicalistas. Pouca gente ainda a conhece e quem sabe da sua existência facilmente a rotula como uma publicação do PCdoB. Já seria uma ótima coisa se fosse só isso, porque os nossos partidos de esquerda, todos, deveriam ter uma revista como esta. Mas a **Debate Sindical** é uma revista ampla, plural e necessária para qualquer militante de esquerda. Claro que ela tem a sua linha política-partidária definida e bem visível. Faz tempo que eu queria dar uma puxadinha de saco na **Debate Sindical**; fiz correndo, mas com prazer. Continuem firmes! Saudações classistas e comunistas.

Vito Giannotti

Ex-dirigente da CUT, coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação e autor de diversos livros sobre sindicalismo

Gostaria de obter números atrasados da revista **Debate Sindical** (32, 33, 34 e 35), uma vez que no interior do Estado do Pará não existem publicações deste nível, onde encontramos todas as discussões que envolvem o sindicalismo, tanto no âmbito nacional como no internacional. Sou militante do Sindicato dos Urbanitários e só recentemente mantive contato com esta publicação (...).

Alexandre Silva da Silveira
Diretor do Sindicato dos Urbanitários do Pará

Pela presente, vimos agradecer o material enviado à Fundação Biblioteca Nacional, em cumprimento à Lei do Depósito Legal (decreto nº 1825 de 20/12/1907), enriquecendo o nosso acervo e possibilitando a preservação e guarda da produção intelectual nacional (...). Contamos com a continuidade no envio do referido periódico para que possamos formar a coleção completa do mesmo.

Virginia Freire da Costa
Chefe do setor de Depósito Legal da Fundação Biblioteca Nacional

Estou enviando através deste pedido o encaminhamento da revista **Debate**

Sindical, pois no III Encontro de Intercâmbio Internacional, no debate sobre estratégias de formação para os trabalhadores, o assessor da CUT me orientou a entrar em contato para receber um número e fazer assinaturas da revista.

Carlos Alberto Caetano
Departamento de Educação Popular da Associação de Educação Católica do Mato Grosso

Li com atenção o artigo do professor Sílvio Costa sobre a Comuna de Paris – “O proletariado tenta ‘tomar o céu de assalto’”, na **Debate Sindical**, nº 37. Este assunto serve à minha militância política e também aos meus estudos na faculdade. Aproveito para fazer uma sugestão de pauta: gostaria de saber como foi a atuação dos sindicatos no processo revolucionário da França. Andei consultando alguns livros, mas encontrei pouca coisa a respeito do tema. Sei que a classe operária participou ativamente da revolução, inclusive fazendo parte do Conselho da Comuna; mas desconheço o papel jogado pelo movimento sindical.

Jayne Siqueira
Rio de Janeiro/RJ

Tive o grande prazer de conhecer a revista **Debate Sindical** num dia desses, durante um congresso sindical. De que forma eu posso assinar ou comprar números avulsos, no Recife, desta valiosa publicação?

Paulo Gonçalves
Recife/PE

CARTAS

Essa seção está aberta à contribuição dos leitores da **Debate Sindical**. As opiniões, críticas e sugestões podem ser enviadas por correio, fax (0XX11/289-1496) ou correio eletrônico (ces@ces.org.br). Solicita-se que os textos sejam concisos e contenham nome completo e endereço do autor. Por uma questão de espaço, a revista reserva-se no direito de publicar trechos das cartas.

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0__11) 289-1496
www.ces.org.br
Correio eletrônico: ces@ces.org.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Oswaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianei Martins
Wagner Gomes

Projeto original:

Caco Bisol

Foto da capa:

Jesus Carlos/Imagemlatina

Charges:

Marcio Baraldi

Editoreção eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Revisão:

Josenildo Marques

LIÈGE ROCHA

A estafante realidade da mulher no trabalho

Diante das suas conquistas do século XX, este é considerado o “século da mulher”. A questão da mulher saiu dos pequenos grupos feministas de reflexão, ganhou espaços públicos e institucionais, alcançou os fóruns internacionais e fez com que governos e partidos incorporassem as suas reivindicações.

Assistimos, ao lado desta trajetória de participação e conquistas, o crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho que, se num primeiro momento buscava suprir a necessidade de complementar a renda familiar, passou a contar com outros fatores determinantes: mudanças na imagem da mulher e de seu papel social, queda da taxa de fecundidade, aumento do seu nível de escolaridade. O caminho percorrido, que rompeu barreiras, derrubou preconceitos e transformou comportamentos, foi um componente decisivo.

GRAU DE EXPLORAÇÃO

Mas nem tudo são flores! As mulheres estão no mercado de trabalho, representam 44 % da PEA, mas a sua participação não se dá em condições de igualdade. Apesar do seu nível de escolaridade ser maior que o do homem, isto não garante o mesmo salário e as mesmas



Segundo o IBGE, mulheres ganham o equivalente a 60,7% do salário dos homens

oportunidades. Recai sobre ela a responsabilidade das tarefas domésticas e do cuidar dos filhos, fazendo com que conviva com a dupla jornada de trabalho.

Elas chefiam 1/4 das famílias brasileiras, passando neste caso a serem as únicas provedoras do lar, papel que durante muito tempo foi exercido apenas pelos homens. Dados do IBGE de 1999 atestam que as mulheres recebem o equivalente a 60,7% do salário dos homens e, com as transformações no mundo do trabalho, são as mais atingidas pela precarização, convivendo com o alarmante índice de 54% sem carteira assinada.

Ainda persiste a “guetização” da trabalhadora nas profissões ditas femininas, havendo maior concentração no setor de serviço (56,6%). Recente publicação da Fundação Seade mostra que, na

Grande São Paulo, houve maior perda salarial para as mulheres, na proporção de 8,8% para elas e 5,6% para eles. Demonstra também que “diminuiu a intensidade da incorporação das mulheres à força de trabalho”; e, além disso, aumentou o período em que as mulheres permanecem desempregadas.

BANDEIRAS DE LUTA

E o desemprego, segundo estudos da UBM na região sudeste do município de São Paulo, tem interferido na vida e na saúde de homens e mulheres de forma diferenciada. Para as mulheres, ele traz, entre outras coisas, desânimo, depressão, distúrbios do sono, dores generalizadas pelo corpo, brigas com os filhos, mau humor; enquanto que para os homens, a vontade de desaparecer e o alcoolismo estão presentes no seu cotidiano.

Elas ainda têm que conviver no trabalho com o assédio sexual e moral, forma de violência com efeitos prejudiciais às suas vidas. Trabalhar, cuidar da casa e dos filhos, ver seus direitos ameaçados depois de longas jornadas de lutas e ainda não ter reconhecido a função social da maternidade, é demais para a trabalhadora!

A nós, mulheres, cabe continuar lutando por emprego, condições de trabalho, salário igual para trabalho igual, creche para nossos filhos e contra a política neoliberal de FHC, que põe em risco nossos direitos e a soberania nacional.

Liège Rocha é coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM)

Campanha salarial ao pé da letra

impulsionada.
campainhar (a-i). V. int. Fazer soar campainha.
campal. Adj. 2 g. 1. Pertencente ou relativo ao campo. 2. Diz-se da batalha travada em campo raso. ● S. m. 3. Bras., MT. Trecho de campo situado no meio do mato.
campana. S. f. 1. Sino, campainha. 2. Luva (4) de manilha. 3. Arquit. Corpo do capitel coríntio ou compósito, que tem o formato de um sino invertido.
campanado. Adj. V. Campanuláceo (1).
campanário. S. m. 1. Parte aberta da torre de igreja, onde estão os sinos. 2. Torre de sinos. 3. P. ext. A freguesia, a aldeia dotada de igreja com campanário.
campanha. S. f. 1. Campo (2) extenso; planície. 2. Mil. Série de operações militares que visam à consecução de um objetivo definido, em determinada época, numa mesma área geográfica. 3. Mil. Conjunto de operações militares que constituem uma fase distinta de determinada guerra. 4. P. ext. Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado.
campaniforme. Adj. 2 g. V. campanuláceo (1).
campanil. S. m. Liga metálica própria para sinos.
campanólogo. S. m. Aquele que toca peças de música em sinos, campainhas ou copos afinados.
campanudo. Adj. 1. Que tem forma de campa. 2. Fig. Pomposo, enfático, bombástico.
campânula. S. f. 1. Qualquer objeto em forma de sino. 2. Espécie de redoma usada para isolar...

região petrolífera, da região que, nas fundições e nas consentá-las ou enfrenta os incêndios dos poços de petróleo para os apagar.
salamanta. S. f. Bras. Reptil ofídio, boféo (*Epicrates cenchria* (L.)), de coloração geral castanha, com manchas negras oclares nos flancos e comprimento de até 2 m. Alimenta-se de aves e doutros pequenos animais. [Sin.: *guaçubóia*, *jibóia-vermelha*.]
salame¹. S. m. Enchido (3) de origem italiana feito de carne de porco picada, pequenos cubos de toucinho e pimenta em grãos, e que se come frio.
salame². S. m. Salamaleque.
salaminho. S. m. Variedade de salame¹ acondicionado em tripa fina e curta.
salão¹. S. m. 1. Grande sala. 2. Exposição periódica ou anual, especialmente de obras de artistas plásticos, de novos modelos de diversas indústrias, etc. 3. Certo tipo de estabelecimento comercial aberto ao público. 4. Fig. Reunião de pessoas de sociedade, artistas, intelectuais, etc. 5. Bras. Barberia (1) ou cabeleireiro (2).
salão². S. m. 1. Terreno arenoso ou barrento; solão. 2. Fundo arenoso cheio de limo. 3. Bras. Terreno impermeável por causa de uma camada pedregosa.
salarial. Adj. 2 g. Bras. Relativo a salário.
salário. S. m. 1. Remuneração, normalmente em dinheiro, devida pelo empregador, em face do serviço do empregado. 2. Restr. Remuneração do trabalho prestado por operários horistas ou diaristas. 3. Recompensa de serviços. 4. Salário mínimo. ♦ **Salário mínimo**. Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa

Com a
Século
sua campanha
ganha
Força e
sai do
Papel.



Século Comunicação Integrada

Telefone: (0-11) 3644-6928 - Fax: (0-11) 3641-8530

Internet: www.seculonet.com.br - Endereço eletrônico: seculo@seculonet.com.br

Planejamento Estratégico - Identidade Visual - Cartazes - Folders - Jornais e Boletins
Editais e anúncios - Outdoors - Inserções em Rádio e Televisão - Assessoria de Imprensa

ASSINE A REVISTA

Debate Sindical

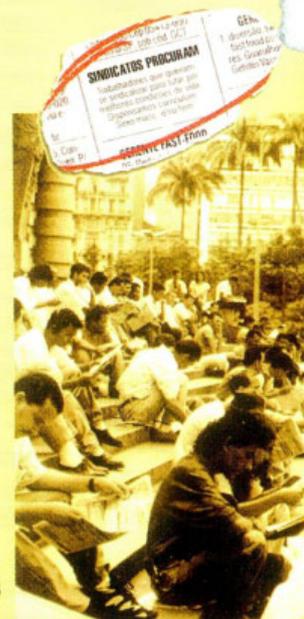
Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo.

Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ainda ganha de brinde o livro "Administração sindical em tempos de crise".

Administração sindical em tempos de crise

Aldo Rebelo
Giovanni Alves
Rubens Aidar
João Guilherme Vargas Netto
Adalberto Moreira Cardoso
Armando Boito
Hilário Gottselig
Tarcísio Secoli
Cláudio Spiciati Barbosa
Ulisses Riedel
Remigio Todeschini
Altamiro Borges (org.)



Edição:
CES

CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone(s) _____
Fax _____
Profissão _____
Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, no valor de R\$ 30,00

Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)

Cartão

Credicard Visa

Número

Validade